



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

## **Relatório da Administração 2002**

## Sumário com *links* (clique no item para visualizar o conteúdo)

### 1. Apresentação

### 2. Cenário macroeconômico

### 3. Estabilidade monetária

#### 3.1 Políticas monetária e cambial

3.1.1 Regime de metas para a inflação

3.1.2 Relacionamento do Banco Central com investidores e o mercado financeiro

3.1.3 Acompanhamento do Programa de Assistência Financeira com o FMI

3.1.4 Juros e o *spread* bancário/economia bancária

3.1.5 Atuação no mercado aberto

3.1.6 Marcação a mercado

3.1.7 Relações internacionais

Administração do passivo externo da República

Organismos internacionais

Integração regional

Convênio de Pagamentos de Créditos Recíprocos (CCR)

Ajuste Brasil–Hungria

3.1.8 Política cambial

Operações do Banco Central com derivativos (*swap* cambial)

Política de intervenções no mercado de câmbio

Recursos do Banco Central para crédito ao exportador

Administração das reservas internacionais

Censo de capitais estrangeiros

Capitais brasileiros no exterior (CBE)

Fluxo de capitais com o exterior

#### 3.2 Administração do Sistema de Pagamentos Brasileiro

Implantação do Sistema de Transferência de Reservas (STR)

Adequação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação

Selic e o novo SPB

Alteração no regime de operação das contas Reservas Bancárias

### 4. Fortalecimento do sistema financeiro

#### 4.1 Normas e organização do Sistema Financeiro Nacional

Acesso ao mercado e a administradores

Regras prudenciais

Transparência

Modalidades operacionais

Convênio com a CVM

Atendimento à população de baixa renda

Marcação a mercado – Aspectos normativos

Organização do SFN

## **4.2 Supervisão do Sistema Financeiro Nacional**

- Supervisão indireta
- Supervisão direta
- Novo sistema de classificação de bancos
- Central de risco de crédito
- Manual da supervisão
- Prevenção e combate à lavagem de dinheiro
- Processos administrativos punitivos
- Relacionamento com outras entidades e organismos de supervisão

## **4.3 Administração do Proagro e do Crédito Rural**

- Acompanhamento financeiro (Proagro)
- Crédito Rural
- Atendimento a produtores rurais e instituições financeiras e exame de processos

## **4.4 Desestatização e Saneamento do SFN**

- Privatizações – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes)
- Regimes especiais
- Inquéritos
- Recuperação de R\$5,4 bilhões de recursos públicos
- Reforma da legislação sobre liquidações

## **4.5 Dívida pública**

# **5. Relacionamento com a sociedade e transparência**

## **5.1 O aprimoramento das estatísticas**

## **5.2 Publicações Periódicas**

## **5.3 Estudos e pesquisas**

- Notas Técnicas
- Trabalhos para Discussão

## **5.4 Eventos**

- 5.4.1 Seminários externos**
- 5.4.2 Seminários e *workshops* internos**

## **5.5 Relacionamento com outros órgãos e poderes da União**

- Relacionamento com o Congresso Nacional
- Relacionamento com o Poder Judiciário

## **5.6 Prioridade para o cidadão**

- Centrais de Atendimento ao Público
- Internet
- Campanhas institucionais
- Comunicação educativa
- Museus de Valores e espaços culturais

## **6. Administração do meio circulante**

## **7. Infra-estrutura corporativa**

### **7.1 Comunicação interna TV corporativa e jornalismo interno**

### **7.2 Gestão de pessoas**

- Perfil dos servidores
- Recrutamento e seleção
- Desenvolvimento organizacional – Projetos
- Desenvolvimento profissional
- Desenvolvimento pessoal
- Remuneração
- Responsabilidade social

### **7.3 Gestão de recursos**

#### **7.3.1 Administração financeira**

- Relacionamento do Banco Central com o Tesouro Nacional
- Transparência das informações contábeis

#### **7.3.2 Planejamento e orçamento**

- Sistema de custos e informações gerenciais
- Administração pública gerencial

#### **7.3.3 Recursos materiais**

- Administração de contratos
- Controle da documentação
- Doações

#### **7.3.4 Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil junto ao Sistema Financeiro Nacional (Proat)**

#### **7.3.5 Tecnologia da informação (TI)**

## 1. Apresentação

Transparência e prestação de contas são expressões que resumem o propósito de publicações como o presente “Relatório da Administração”. Em 2002, esses mesmos conceitos permearam todas as ações do Banco Central do Brasil. A crise de confiança na economia brasileira e o temor ao risco nos mercados internacionais verificados no ano passado exigiram do Banco atitudes firmes e, sobretudo, claras, de forma a contornar a desconfiança e a restabelecer a credibilidade da economia brasileira. O anúncio trimestral de metas para a inflação, a divulgação das atas das reuniões do Comitê de Política Monetária e a publicação do “Relatório de Estabilidade Financeira” estão entre os instrumentos utilizados para garantir aos agentes econômicos uma previsibilidade cada vez maior do cenário econômico.

A reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro, lançada em abril de 2002, representou substancial avanço e modernização dos sistemas de compensação e liquidação de papéis. Para o sistema financeiro e seus agentes, o novo SPB significa a redução do risco sistêmico. Para os cidadãos consumidores de serviços bancários, significa segurança e rapidez nas transações financeiras.

Em 2002, destacaram-se ainda as ações do Banco Central no sentido de adaptar as normas e as práticas do Sistema Financeiro Nacional a padrões internacionalmente aceitos. Somem-se a isso as medidas tomadas com a finalidade de garantir o mais amplo acesso aos serviços oferecidos pelas instituições financeiras e melhorar a qualidade do atendimento bancário, incluindo o aperfeiçoamento da divulgação de dados estatísticos relativos às denúncias e às reclamações recebidas nas Centrais de Atendimento ao Público.

O Banco Central é responsável pela supervisão de mais de 2.500 instituições e conglomerados financeiros. Para realizar essa tarefa, o Banco segue as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, adotando os modelos de supervisão direta e indireta de modo a garantir a confiança no sistema financeiro. No ano passado, o Banco Central aperfeiçoou seus mecanismos de fiscalização e supervisão, implantando um novo sistema de classificação de bancos, que permitirá ao BC direcionar suas ações para aquelas instituições que apresentam maior nível de preocupação quanto à sua situação operacional.

Dentro dos objetivos de fortalecimento do sistema financeiro, e em prosseguimento ao programa de redução da participação do setor público estadual na atividade bancária, em 2002 foi concluído o processo de desestatização do Banco do Estado de Goiás – BEG e realizado o leilão de venda do Banco do Estado do Amazonas – BEA.

Em 2002, foi decretada a liquidação extrajudicial de 25 instituições financeiras (23 consórcios), e encerrados treze regimes especiais, onze deles por decretação de falência. Merece destaque a recuperação de créditos no valor de R\$5,5 bilhões que o Banco Central detinha em empresas em liquidação extrajudicial, principalmente créditos relativos ao Proer.

Essas são algumas das principais medidas abordadas neste relatório, cujo conjunto representa o esforço que vem sendo realizado pela Instituição no sentido de cumprir seu papel primordial de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

A Diretoria

## **2. Cenário macroeconômico**

## 2. Cenário macroeconômico

Em 2002, verificou-se simultaneamente severa crise de confiança na economia brasileira e acentuada ampliação da aversão ao risco nos mercados internacionais, especialmente direcionada aos países da América Latina. Os impactos desses comportamentos no Brasil localizaram-se, principalmente, no mercado financeiro doméstico, dificultando a administração da dívida pública; e na acentuada redução do financiamento externo do país, produzindo ampla depreciação do real, com reflexos negativos sobre a inflação e o nível da atividade econômica.

A partir do segundo trimestre, o aumento da percepção de risco de crédito do setor público e a tensão do mercado financeiro se refletiram na desvalorização e na alta volatilidade dos títulos públicos em geral. Assim, entre o final de março e meados de agosto, os deságios das Letras Financeiras do Tesouro (LFT) com vencimento de 2004 a 2006 aumentaram de 0,4% para 2,7%. A demanda concentrada em ativos de menor prazo foi atendida, em parte, via operações de trocas de títulos efetuadas pelo Banco Central, além da ampliação de suas operações de mercado aberto, essencialmente no *overnight*.

Adicionalmente, e visando controlar os efeitos das incertezas, o Banco Central fez uso dos instrumentos de política monetária de natureza tradicional, como as elevações da taxa de juros Selic, a partir de outubro, e dos recolhimentos compulsórios, bem como de instrumentos novos no caso brasileiro, como a introdução do mecanismo dos *swaps* cambiais. As atuações do Banco Central e do Tesouro permitiram, assim, estabilizar os deságios dos títulos públicos e reverter o processo de migração de recursos dos fundos de investimento. Deve-se ressaltar que a condução da política monetária no período foi beneficiada pela atuação preventiva adotada em 2000 e em 2001, quando buscou alongar a dívida pública mobiliária, evitar vencimentos dessa dívida entre o último trimestre de 2002 e o primeiro de 2003, e formar colchão de liquidez para o Tesouro.

O conjunto dos cenários interno e externo resultou em redução substancial no financiamento externo ao país em 2002, com retração de cerca de US\$28 bilhões frente ao registrado em 2001, refletindo a contração nos itens investimentos diretos, empréstimos e financiamentos, capitais de curto prazo e ativos. Mesmo as linhas de crédito comerciais, tradicionalmente mais estáveis, foram afetadas, apresentando redução de 28% no ano.

Em contrapartida, houve intenso ajuste nas contas externas brasileiras em 2002, evidenciado pela redução do déficit em contas-correntes em cerca de US\$15,5 bilhões, passando a representar menos de 1,7% do PIB em 2002, comparativamente a 4,55% em 2001. Cerca de dois terços desse ajuste, US\$10,5 bilhões, decorreram do melhor desempenho das transações comerciais, com a parcela restante devendo-se ao comportamento favorável dos itens serviços (US\$2,6 bilhões); rendas (US\$1,6 bilhão); e transferências unilaterais (US\$0,8 bilhão). No que se refere às exportações, o crescimento no volume dos produtos manufaturados atingiu 5,2% em 2002. Registre-se que tal expansão ocorreu em cenário internacional desfavorável, com o reduzido crescimento das economias mais desenvolvidas e a crise na Argentina, evidenciando a crescente competitividade externa da produção nacional, e a diversificação dos mercados e da própria pauta de exportação.

A crise de confiança interna, aliada à crescente aversão global ao risco, apresentou consideráveis impactos sobre a economia interna. A percepção de risco reduziu o investimento agregado que, incluindo variação de estoques, passou de 22,2% do PIB, no terceiro trimestre de 2001, para 19,6% do PIB em igual trimestre de 2002. Registrou-se também, nos mesmos períodos, impacto sobre o consumo agregado, que declinou de 78,3% do PIB, em 2001, para 76,3% do PIB, em 2002.

A evolução das expectativas sobre o nível da atividade em 2002, obtida a partir de levantamento efetuado regularmente pelo Banco Central junto a cerca de 150 instituições financeiras e consultorias, revelam a mudança na percepção ao longo do ano. As projeções do crescimento do PIB, de cerca de 2,4% no primeiro trimestre, reduziram-se sucessivamente, à medida que se deterioravam as expectativas sobre a evolução dos cenários interno e externo, atingindo 1,2% ao final de outubro e recuperando-se, ao final do último trimestre, para 1,45%.

A previsão do Banco Central para o crescimento do PIB em 2002 é de 1,6%, sustentada essencialmente pelas exportações líquidas e pela demanda interna de bens não duráveis. Em termos de setores produtivos, a agropecuária deverá apresentar a maior expansão, 5,9% no ano, refletindo o excelente desempenho da produção e da comercialização de cereais e de grãos, enquanto para a indústria estima-se crescimento de 1,4% e para os serviços, de 1,6%. O resultado previsto para a indústria foi influenciado negativamente pela queda no produto da construção civil e positivamente pelo forte crescimento da indústria extrativa mineral. A estimativa para os serviços reflete os efeitos do desempenho da agropecuária e da indústria sobre transportes e comércio, bem como a evolução dos subsectores comunicações e instituições financeiras.

A safra de grãos em 2002 foi ligeiramente inferior à registrada em 2001, como reflexo das prolongadas estiagens no início do terceiro trimestre e das geadas atípicas em princípio de setembro. As estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) situam-se em torno de 96,8 toneladas, o que representa redução de 1,7% na comparação com o ano anterior.

Os indicadores do mercado de trabalho assinalaram crescimento de 3,2% do emprego formal em 2002, segundo dados do Ministério do Trabalho, embora isso não esteja refletido na taxa de desemprego aberto do IBGE, dado o crescimento mais intenso da População Economicamente Ativa (PEA) frente à capacidade de geração de postos de trabalho na economia. Assim, a taxa de desemprego aberta situou-se em 7,3% na média de janeiro a novembro de 2002, superior à média de 6,3% registrada no mesmo período de 2001.

Com relação à política fiscal, expressivo resultado voltou a ser obtido em 2002 com o superávit primário consolidado do setor público excedendo a meta relacionada ao programa com o FMI, e alcançando 3,91% do PIB. O resultado primário do governo central, que considera o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central, alcançou 2,4% do PIB em 2002, comparativamente a 1,8% no ano anterior.

A depreciação acentuada da taxa de câmbio e a deterioração das expectativas de inflação tiveram fortes impactos sobre os preços internos, com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançando 12,5% em 2002, sendo descumprida, portanto, a meta para a inflação de 3,5%, com mais ou menos dois pontos percentuais de tolerância, fixada para o ano. O comportamento da inflação não foi uniforme ao longo de 2002, ocorrendo relativa estabilidade no primeiro semestre, sucedida por forte crescimento no segundo, com o IPCA registrando expansão de 6,6% apenas no último trimestre do ano.

A política monetária implementada procurou controlar a magnitude e o impacto da deterioração das expectativas inflacionárias e combater os impactos secundários derivados da depreciação cambial, bem como minimizar os efeitos negativos da própria política sobre o nível de atividade.



### **3. Estabilidade monetária**

### **3. Estabilidade monetária**

#### **3.1 Políticas monetária e cambial**

##### **3.1.1 Regime de metas para a inflação**

Em junho de 1999, seis meses após a adoção do regime de câmbio flexível, foi oficialmente implementado no Brasil o sistema de metas para inflação. Buscava-se assim estabelecer nova âncora nominal essencial em períodos de forte instabilidade. Assinale-se que, nesse regime, aquele papel seria desempenhado pela própria meta para inflação.

Em um regime de metas para a inflação, o compromisso com a estabilidade dos preços é o principal objetivo da política monetária. Para atingir esse objetivo, o governo anuncia, em geral, metas de médio prazo para a inflação, e o Banco Central atua visando ao seu cumprimento, baseando-se em projeções do comportamento da inflação.

O índice escolhido como referência foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e, em junho de 1999, as metas e os intervalos de tolerância para 1999, 2000 e 2001 foram estabelecidos. Determinou-se também que as metas e os intervalos para os anos posteriores seriam estabelecidos com dois anos de antecedência<sup>1</sup>.

Além do conhecimento das metas, é apresentado à sociedade, trimestralmente, relatório sobre a evolução da economia e sobre suas perspectivas de inflação e de produto, conforme interpretação do Comitê de Política Monetária (Copom). Adicionalmente, uma semana após a reunião do Copom, é divulgada a sua ata, documento que apresenta o cenário das economias nacional e internacional e a evolução do mercado monetário e das operações de mercado, bem como uma avaliação prospectiva das tendências da inflação. Esses instrumentos, em conjunto com o conhecimento da meta para inflação, dão à sociedade condições de avaliar as ações do Banco Central, bem como de antecipar tendências. Isso porque o Banco Central tende a atuar de forma preventiva a partir da identificação dos fatores de risco para a inflação e da defasagem com a qual os instrumentos de política monetária exercem impacto efetivo sobre a economia.

Outro aspecto relevante desse regime de política monetária é a responsabilização do Banco Central pelo cumprimento da meta. Nesse sentido, caso a variação do IPCA em um determinado ano seja superior ao teto do intervalo estabelecido pelo governo, o presidente do Banco Central deve encaminhar Carta Aberta ao ministro da Fazenda com a descrição detalhada das causas do descumprimento, relatando as providências adotadas para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos para o período imediatamente seguinte e o prazo esperado para que tais providências produzam efeito.

Foi o que ocorreu em 2001, e também em 2002, quando, em função dos choques externo e interno que impactaram a economia brasileira, a taxa de inflação superou o teto do intervalo de tolerância.

No início de 2002, apesar de o cenário externo apresentar desempenho mais favorável na comparação com o segundo semestre de 2001, com sinais de recuperação da economia norteamericana no curto prazo e com a diminuição do impacto da crise argentina, a economia brasileira ainda convivía com os efeitos dos choques do ano anterior. No entanto, já a partir do

---

<sup>1</sup> Em 2002, além de determinar a meta e os intervalos de tolerância para 2004, o Conselho Monetário Nacional (CMN) julgou adequado alterar a meta e os intervalos definidos anteriormente para 2003 como forma de adotar uma trajetória mais suave para as metas para inflação e evitar a volatilidade excessiva do produto diante dos intensos choques que atingiram a economia brasileira em 2001 e 2002.

segundo trimestre de 2002, o aumento das incertezas em relação ao futuro do país diante de possível mudança nos rumos da política econômica, e o aumento na percepção do risco em relação à economia mundial influenciaram negativamente o cenário macroeconômico interno.

O segundo semestre do ano foi marcado pela deterioração desse cenário, pelo aumento da aversão ao risco por parte dos investidores externos, pelo surgimento de problemas contábeis envolvendo grandes corporações americanas e pela perspectiva de um ataque norte-americano ao Iraque. Internamente, houve aprofundamento da crise de confiança quanto à evolução da economia brasileira e continuidade no crescimento dos preços administrados por contrato e monitorados, principalmente gás de bujão, álcool e eletricidade.

Esses fatores aprofundaram a percepção de risco do Brasil, elevando os índices que buscam mensurá-lo como o Emerging Markets Bond Index (EMBI), que passou de um patamar de 800 p.b. em janeiro de 2002 para mais de 2.000 p.b. no terceiro trimestre de 2002, gerando pressões no mercado de câmbio que produziram acentuada depreciação do real – cerca de 60% no ano – e deterioraram as expectativas de inflação dos agentes.

Como consequência desses choques, a inflação medida pelo IPCA atingiu 12,53%, acima do limite superior do intervalo de tolerância estabelecido para a meta de inflação em 2003, 5,5%. Em Carta Aberta do Presidente do Banco Central ao Ministro de Estado da Fazenda foram quantificados os impactos de cada um dos choques na taxa de inflação, bem como realizados exercícios sobre seu patamar, caso não tivessem ocorrido.

O Banco Central tem calibrado a política monetária baseado na avaliação da tendência futura da inflação. À medida que a inflação ocorrida distancia-se da meta estabelecida, o Copom avalia as causas desse comportamento para determinar a trajetória de convergência, levando em conta o custo do ajuste em termos de produto e renda, associada à existência de inércia inflacionária. Ou, posto de outra forma, o Banco Central não atua de forma a atingir a meta para a inflação independentemente do custo, mas sim considerando a natureza e a persistência dos choques e os custos associados sobre o nível de atividade.

Assim, a taxa Selic, que em janeiro estava em 19% ao ano, foi gradativamente reduzida até julho, quando foi fixada em 18% ao ano, permanecendo nesse patamar até a reunião extraordinária do Copom em outubro, quando foi necessário elevá-la para 21% ao ano. Nas reuniões ordinárias, realizadas nos dois meses seguintes, a taxa Selic foi elevada, respectivamente, para 22% e 25% ao ano, visando controlar as expectativas sobre a evolução da inflação em 2003. Com essas medidas, o Banco Central buscou inibir os reajustes de preços, contribuir para a coordenação das expectativas e evitar a propagação dos choques de oferta, sem contudo produzir efeito excessivamente prejudicial sobre o produto e a renda da economia.

### **3.1.2 Relacionamento do Banco Central com investidores e o mercado financeiro**

O Banco Central tem buscado o estreitamento da comunicação com os mercados financeiros nacional e internacional, bem como com os membros da sociedade que buscam esclarecimentos a respeito da atuação da instituição e das estatísticas por ela divulgadas, por meio das seguintes ações:

- elaboração e divulgação de relatórios versando sobre assuntos econômicos relevantes aos investidores – Relatórios *Focus* – enviados para mais de 12 mil assinantes diretos;
- realização de pesquisa diária junto a aproximadamente 120 instituições financeiras e de pesquisa relativa às projeções para 26 índices econômicos e financeiros da economia brasileira, relevantes para a condução da política econômica. O resultado dessa pesquisa é divulgado semanalmente por meio do “Focus Market Readout”;
- realização de pesquisa mensal com economistas-chefes das principais instituições financeiras nacionais e estrangeiras e de outros setores da economia, a respeito da condução da política monetária no Brasil, de forma a subsidiar as decisões do Copom;
- realização de teleconferências com subscritores de títulos da dívida soberana, quando da emissão desses títulos no exterior, provendo o mercado de informações econômicas;
- compilação e emissão de informações econômico-financeiras necessárias aos registros de títulos da dívida soberana emitidos no exterior;
- preparação de apresentações a serem realizadas pela Diretoria Colegiada;
- elaboração de relatório diário consolidando informações econômico-financeiras para o presidente da República;
- atendimento a solicitações de informação por participantes do mercado financeiro, bem como de outros setores da economia e de estudantes, por meio de *e-mail*;
- realização de pesquisas sobre assuntos de interesse do Banco Central, como operações de tesouraria das maiores empresas do Brasil;
- participação em reuniões internacionais e realização de conferências para investidores e participantes dos mercados financeiros no país e no exterior, ampliando os canais de comunicação com esses agentes;
- organização do encontro trimestral do Diretor de Política Econômica com economistas-chefes das principais instituições financeiras do país, empresas do setor real da economia e federações.

### **3.1.3 Acompanhamento do Programa de Assistência Financeira com o FMI**

Em setembro de 2002, o Brasil firmou Acordo *Stand-by* de assistência financeira com o FMI, no valor de DES 22,8 bilhões, correspondentes, à época, a US\$30,37 bilhões, tendo ocorrido o primeiro saque de DES 2,3 bilhões (US\$3,04 bilhões) no início de setembro e o segundo saque, de igual valor, ao final de dezembro. De acordo com o cronograma original, os demais DES 18,3 bilhões (US\$24,29 bilhões) serão desembolsados ao longo de 2003, em quatro parcelas. Em novembro de 2002, foram pagos US\$6,36 milhões a título de juros e taxas incidentes sobre esse programa.

Por ocasião da assinatura do Acordo de 2002, foi encerrado o Programa de Assistência Financeira com o FMI, contratado em setembro do ano anterior, cujo valor era DES 12,1 bilhões (US\$15,7 bilhões). O Brasil utilizou DES 11,4 bilhões (US\$14,8 bilhões), dos quais DES 7,7 bilhões (US\$10,1 bilhões) em 2002. A parcela não desembolsada foi cancelada.

### **3.1.4 Juros e o *spread* bancário/economia bancária**

Desde 1999, quando foram anunciados a prioridade do governo e do Banco Central em reduzir os custos do crédito para o tomador e o projeto Juros e *Spread* Bancário, muito se avançou no diagnóstico e na implementação de medidas para a redução das taxas de juros e do *spread* bancário. Tais medidas são basicamente voltadas para o aprofundamento e o resgate da

cultura de crédito no Brasil, aumento da segurança jurídica das operações, redução dos riscos de crédito e das fricções na intermediação financeira, assim como para a ampliação da transparência e da concorrência no setor. Dentre as medidas adotadas em 2002 destaquem-se:

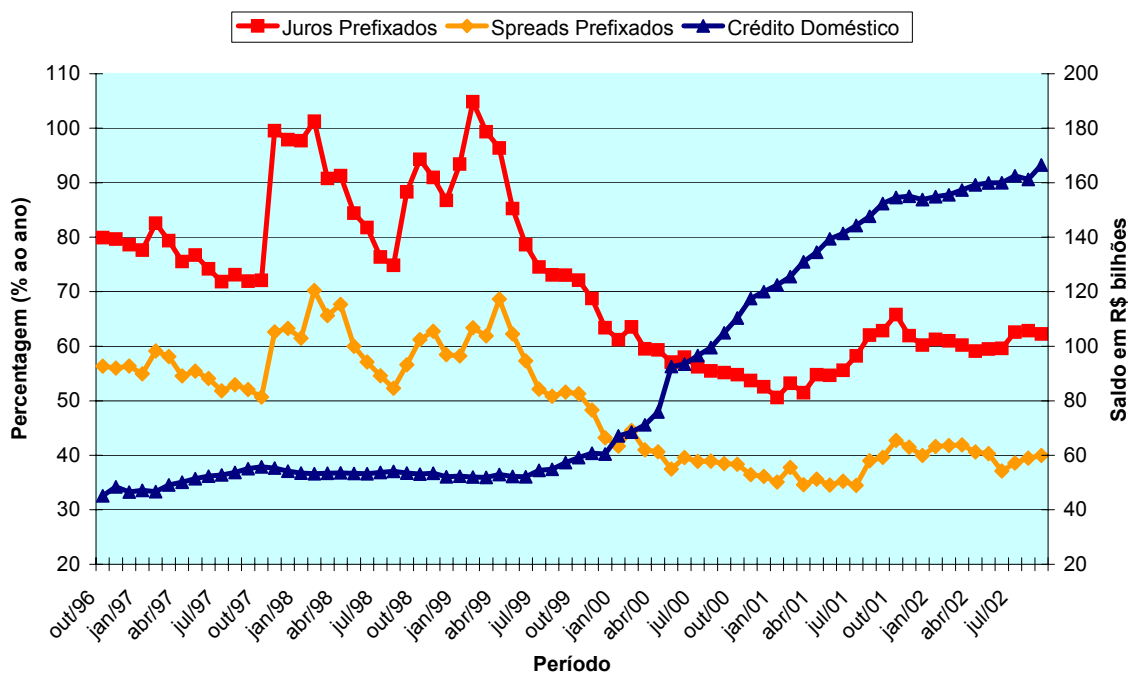
- a) implantação e início de operação do Sistema de Pagamentos Brasileiro em abril;
- b) processo de implementação de grande reestruturação da Central de Risco de Crédito, com a inclusão de informações positivas, melhoria do acesso das instituições financeiras aos dados;
- c) inclusão de página específica sobre a Central de Risco de Crédito na internet, de modo a aperfeiçoar sua divulgação junto ao público e a seus usuários;
- d) portabilidade de informações cadastrais, fomentando a concorrência e fortalecendo o poder dos clientes de instituições financeiras;
- e) criação e regulamentação da emissão de Certificados de Cédulas de Crédito Bancário, que possuem trâmite mais simples e rápido no processo de execução junto ao Poder Judiciário;
- f) regulamentação de operações com derivativos de crédito;
- g) regulamentação de acordos para a compensação e a liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

O Banco Central tem também buscado contribuir nas discussões a respeito do Projeto de Lei de Falências, em tramitação na Câmara dos Deputados. Aperfeiçoamentos no arcabouço legal que rege as falências podem resultar em redução de custos e de riscos, estimulando a realização de investimentos e a concessão de crédito.

Nos últimos três anos, ações de caráter estrutural e microeconômico têm contribuído para a redução dos *spreads* bancários e para o importante aumento da oferta de crédito no segmento de recursos de livre aplicação. Em 2002, observou-se expansão mais moderada do crédito no segmento livre, maior estabilidade dos juros, dos *spreads* e dos prazos médios praticados, bem como alguma redução na inadimplência a partir de meados do ano. Tal comportamento pode ser considerado bastante positivo, dado o cenário de acentuada depreciação cambial e de aumento das incertezas.

O volume de crédito livre doméstico continuou em expansão em 2002, ainda que de forma mais moderada que nos anos anteriores, enquanto os juros e os *spreads* bancários prefixados mostravam alguma estabilidade após a elevação observada em 2001, quando foi interrompida a tendência de queda registrada desde 1999 (Gráfico 1). A expectativa é de que os juros e os *spreads* voltem à sua trajetória de queda com a redução das incertezas que dominaram o cenário macroeconômico nos últimos dois anos.

**Gráfico 1**  
**Operações de Crédito Livre Doméstico**



Em virtude da diversidade dos estudos e das pesquisas realizados pelo Banco Central do Brasil na avaliação de três anos do Projeto Juros e *Spread* Bancário, foi divulgado um relatório mais amplo versando sobre Economia Bancária e Crédito. Esse documento reuniu parte do amplo espectro das preocupações do Banco Central nessa matéria. As duas primeiras partes desse relatório apresentaram a usual avaliação do comportamento do mercado livre de crédito e a resenha das medidas propostas e implementadas pelo projeto, enquanto os demais capítulos tratam dos diversos estudos sobre economia bancária e crédito de autoria de técnicos da instituição.

### 3.1.5 Atuação no mercado aberto

O Banco Central atua diariamente no mercado de reservas bancárias no sentido de garantir o equilíbrio da liquidez e manter a taxa Selic próxima à meta estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Ao longo de 2002, o Banco Central foi obrigado a ampliar progressivamente sua atuação, devido à elevação da liquidez bancária, provocada pelas incertezas quanto à política econômica do novo governo e conseqüente resgate líquido de títulos federais.

Com o objetivo de garantir a liquidez no mercado de reservas bancárias no período de transição para o novo sistema de pagamentos em abril, o Banco Central realizou, na semana imediatamente anterior à entrada em operação do sistema, operações compromissadas com títulos federais, quando tomou e doou recursos às instituições financeiras, com prazos entre 2 e 5 dias úteis. A estratégia de atuar diariamente nas pontas tomadora e doadora de recursos foi mantida ao longo do ano, de modo a evitar situações de empocamento de liquidez.

A partir de julho, nas operações de leilões de reservas bancárias em que o Banco Central figurasse como emprestador de recursos, foi estendida a todas as instituições a possibilidade de registrar e liquidar diretamente com o Banco Central as propostas (vencedoras) encaminhadas por meio das instituições credenciadas (*dealers*). Com isso, buscou-se eliminar o risco assumido, como contraparte, pelas instituições *dealers* e aumentar a capilaridade das

operações de reservas realizadas pelo Banco Central. Nos momentos de maior tensão no mercado, essa medida proporcionou a liquidez necessária às pequenas instituições que necessitavam de recursos para financiar suas carteiras de títulos públicos.

No mercado de títulos, o Banco Central realizou diversos leilões de compra e troca de títulos indexados à taxa Selic e de títulos cambiais, com o intuito de reduzir distorções e volatilidade de preços, mantendo permanente monitoramento sobre o mercado secundário.

Para conter a pressão no mercado de Letras Financeiras do Tesouro (LFT), onde os deságios apresentavam-se bem acima dos padrões históricos, o Banco Central realizou, a partir de maio, operações de compra definitiva desses títulos. Foram 39 eventos envolvendo o total de R\$13,6 bilhões, além de quatro operações realizadas em agosto de compra definitiva associada a uma operação compromissada longa com vencimento no final de 2002, com financeiro de R\$13,0 bilhões. Ainda para normalizar o mercado de LFT, o Banco Central trocou papéis com vencimentos entre 2004 e 2006 por papéis com vencimento em 2003 e títulos de 2003 por 2002, alcançando um financeiro total de R\$69,5 bilhões.

### **3.1.6 Marcação a mercado (efeitos sobre os fundos de investimento e resposta do Banco Central)**

A regulamentação da marcação a mercado foi introduzida em 1995 por meio da Resolução 2.183, que autorizou a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento financeiro (FIF) e dos fundos de aplicação em quotas de FIF e estipulou a obrigatoriedade da adoção do critério de avaliação dos ativos integrantes da carteira dos fundos pelo seu respectivo valor de mercado.

No primeiro trimestre de 2002, as taxas de rentabilidade das LFT, principal título nas carteiras dos fundos de investimento, mantinham-se em seus patamares históricos, nos quais praticamente se confundiam preços de mercado e preços calculados segundo a curva de rentabilidade.

A partir de abril, porém, a crise de confiança se refletiu na desvalorização e na alta volatilidade dos títulos públicos em geral. Os deságios nos preços das LFT atingiram o pico em agosto de 2002. Nesse ambiente, a recomendação da CVM e do Banco Central aos fundos de investimento para que cumprissem a obrigatoriedade da marcação a mercado provocou um amplo processo de recomposição das carteiras dos investidores domésticos, com a migração das aplicações em fundos de investimento para depósitos de poupança, depósitos a prazo e mesmo para depósitos à vista.

Buscando interromper o processo pelo qual a desvalorização das cotas dos fundos de investimento, determinada pela queda dos preços dos títulos públicos, realimentava essa mesma desvalorização, ao obrigar os fundos a desfazer sua carteira, em função de saques recorrentes, o Banco Central tomou duas medidas: passou a realizar leilões de compra e de troca de títulos de forma a reduzir o prazo médio das LFT em poder do mercado; e, para neutralizar o impacto monetário do programa de compra de títulos, criou exigibilidade adicional, recolhida no Banco Central, sobre depósitos à vista, depósitos a prazo e poupança.

Essas medidas, associadas também à melhora no cenário doméstico que sucedeu o segundo turno das eleições, surtiram o efeito desejado, tendo-se observado a estabilização seguida da recuperação dos preços de mercado das LFT.

### **3.1.7 Relações internacionais**

#### **Administração do passivo externo da República**

O Banco Central do Brasil, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, realizou quatro operações de captação de recursos mediante a colocação de títulos da República no mercado internacional, no contexto do Programa de Emissões Externas da República e ao amparo das Resoluções 57/95 e 69/96, do Senado Federal.

Como resultado dessas operações, houve o ingresso de recursos externos da ordem de USD 4,0 bilhões, correspondentes a emissões nas seguintes moedas e valores: em dólares dos Estados Unidos, USD 3,5 bilhões e, em euros, EUR 0,5 bilhão. O volume captado – que, praticamente, permitiu o alcance antecipado da meta estabelecida para o ano – decorreu de operações concluídas entre janeiro e abril de 2002. Nos meses subsequentes, o Brasil manteve-se à margem do mercado, na medida em que não foram identificadas oportunidades para novas emissões a custos compensadores, como resultado do elevado grau de aversão ao risco observado nos mercados internacionais de capitais, particularmente com relação a emissões de países emergentes.

Entre as operações realizadas, três compreenderam papéis chamados bônus globais, isto é, instrumentos denominados em dólares e emitidos para todo o mercado internacional – o BR 12, o BR 08 e o BR 10; e uma compreendeu papel do tipo eurobônus, denominado em euros, o EUR 09 (observe-se que os números após a sigla designam o ano de vencimento de cada emissão, 2008, 2010, 2012 e assim por diante).

O bônus EUR 09 constituiu-se na primeira emissão na Europa associada à recompra de papéis anteriormente lançados naquele mercado – o EUR 04 (volume recomprado igual a EUR 10,0 milhões), o EUR 05 (EUR 12,0 milhões) e o EUR 06 (EUR 12,0 milhões). Essa emissão possibilitou que títulos com vencimentos em anos de maior concentração fossem substituídos por um novo papel, com vencimento em 2009.

#### **Organismos internacionais**

##### ***Fundo Monetário Internacional – FMI***

O Banco Central do Brasil participou das discussões da agenda de trabalho do FMI, acompanhando e complementando o relacionamento do governo brasileiro com o Organismo. Além das análises de conjuntura do Brasil e de outros países de interesse, dos debates sobre estabilidade financeira global e sobre perspectivas da economia mundial, dois outros temas se destacaram:

- a) a 12ª recomposição de quotas, cuja proposta final deverá ser decidida em 2003; e
- b) as propostas para a criação de um Mecanismo de Reestruturação de Débito Soberano e para a inclusão de cláusulas de ação coletiva nas emissões de títulos de dívida soberana.

O Banco Central do Brasil participou também da Assembléia Anual de Governadores e da Reunião de Primavera do FMI e do Banco Mundial.

Ao longo do ano foi realizado, no Brasil, o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), do FMI e do Banco Mundial, que contou com duas missões de especialistas internacionais. O FSAP compreende a realização de avaliações sobre a aplicação de códigos e padrões internacionalmente aceitos para as áreas de política monetária e financeira, seguros, governança corporativa, supervisão bancária, mercado de capitais, sistema de pagamentos e



lavagem de dinheiro. Como parte final dos trabalhos, em dezembro de 2002 foi apresentado à diretoria do FMI o “Relatório de Avaliação da Estabilidade do Setor Financeiro no Brasil”, com as principais conclusões do Programa.

Durante 2002, houve ainda duas outras missões do Fundo, uma com o objetivo de avaliar a adequação do sistema financeiro do Brasil aos padrões internacionais de auditoria e contabilidade, e outra que avaliou as medidas de salvaguarda dos recursos do Fundo no Brasil.

### ***Banco Internacional de Compensações (Bank of International Settlements – BIS)***

O BIS, organismo ao qual o Banco Central do Brasil se associou em 1997, tem participado ativamente da discussão sobre a reformulação do sistema financeiro internacional, juntamente com outros organismos, tais como o FMI e o Banco Mundial. A existência de comitês para áreas específicas do sistema financeiro permite que o organismo atue como fórum de debates entre bancos centrais e outros formuladores de políticas.

O presidente do Banco Central participou da Reunião Anual de Governadores, em 2002, e de reuniões onde foram tratados temas centrais da conjuntura econômica internacional. Os diretores do Banco Central participaram de eventos nas áreas de supervisão, sistema de pagamentos, mercados, entre outras.

Em novembro, o BIS inaugurou o seu segundo escritório regional, com sede na Cidade do México e atuação voltada para a América Latina e o Caribe. A exemplo do primeiro escritório, em Hong Kong, na Ásia, o objetivo do BIS é promover um maior relacionamento com os bancos centrais da região, mediante a realização de estudos específicos, levantamentos estatísticos, bem como por meio de cursos e intercâmbio de experiências, conforme demanda dos próprios bancos centrais.

### **Integração regional**

No âmbito do Mercado Comum do Sul – Mercosul, o Banco Central do Brasil, na qualidade de coordenador nacional do Subgrupo de Trabalho 4: Assuntos Financeiros (SGT-4), participou de toda a agenda de trabalho que compreendeu o aprofundamento das discussões no tocante a classificação e definição comum de setores e subsetores para as negociações sobre serviços financeiros, supervisão global consolidada, harmonização das demonstrações contábeis, lavagem de dinheiro, seguros, resseguros, normas reguladoras do mercado de valores e oferta pública e negociação de valores via internet.

O "Boletim Mercosul – Assuntos Financeiros – Informações Seleccionadas" é divulgado semestralmente na página do Banco Central na internet, relatando os trabalhos desenvolvidos pelo Mercosul na área financeira, além de agregar informações sobre doze outros blocos de integração/cooperação econômica.

Nas negociações acerca da criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o Banco Central participa das negociações sobre investimentos (GNIN), serviços (GNSV) e sobre comércio eletrônico (CCE). Na esfera da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Central acompanha as discussões sobre os temas relacionados a serviços financeiros e a investimentos, tratados no âmbito da atual rodada multilateral negociadora, a chamada Rodada de Doha.

## **Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos – CCR**

Importantes alterações no sistema CCR, tanto operacionais quanto relacionadas à flexibilização de restrições interpostas anteriormente, marcaram 2002.

Dentre as alterações operacionais, destacam-se a adequação do CCR ao novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e a modificação das solicitações de reembolso, que agora são automatizadas e vinculadas a cada vencimento das operações cursadas.

Quanto à flexibilização de restrições, as Circulares 3.158 e 3.160, editadas em outubro de 2002, promoveram alterações substanciais no sistema CCR para as instituições brasileiras autorizadas. Foram flexibilizados limites e prazos para as operações de exportação e importação com os países participantes do CCR permitindo, inclusive, o curso de operações de prazo superior a um ano.

No caso das exportações, como forma de o Banco Central do Brasil se resguardar dos riscos inerentes a tais flexibilizações, as operações previstas naquelas Circulares passaram a ser reembolsadas às instituições financeiras brasileiras somente após o recebimento pelo Bacen dos valores devidos quando de cada compensação quadrimestral.

### **Ajuste Brasil – Hungria**

Foi concluído, em junho de 2002, o processo de denúncia do Acordo firmado com o governo da Hungria, denominado Ajuste Bilateral Brasil – Hungria, estando vedado, desde então, o curso de novas operações. O objetivo da denúncia foi minimizar os riscos decorrentes da operacionalização do referido Acordo, não relacionados às funções de um banco central. O último vencimento das operações até então contratadas está previsto para 2007.

### **3.1.8 Política cambial**

#### **Operações do Banco Central do Brasil com derivativos (*swap* cambial)**

Antecipando a possível dificuldade com a rolagem da dívida cambial frente a um cenário de incertezas, o Banco Central anunciou, no fim de fevereiro, a realização de operações de *swap* cambial em complemento à venda de títulos cambiais. Esses leilões estrearam no fim de março, após autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), inicialmente conjugados à oferta de LFT pelo Tesouro Nacional.

Nas operações de *swap*, o Banco Central assume posições ativas em taxa de juros (CDI) e posições passivas em variação cambial acrescida de uma taxa de juros representativa de cupom cambial.

Com o novo instrumento, buscava-se replicar a venda de títulos cambiais com a vantagem de, ao oferecer dois instrumentos ao invés de apenas um (*swap* cambial + LFT versus o título cambial), possibilitar ao mercado negociá-los separadamente de forma mais eficiente, contribuindo para a redução dos prêmios exigidos nos leilões.

O leilão de *swap* cambial representou ainda uma forma de evitar perturbações que se observavam na curva de cupom cambial e prevenir contra efeitos secundários e indesejáveis na execução da política monetária. A partir de maio, visando facilitar a rolagem do *hedge* cambial do mercado em um ambiente de crescente dificuldade para a colocação de títulos da dívida

pública, o Banco Central passou a realizar a venda direta de *swap* cambial, sem vinculação com a compra de LFT.

Entre 27 de março e 26 de abril, foram realizadas dez colocações de *swaps* para a rolagem de títulos cambiais, com um valor de referência total de US\$3,8 bilhões. A partir de então, já sem vínculo com a venda de LFT, ocorreram 134 colocações até o final do ano, com valor de referência de US\$26,4 bilhões.

Entre julho e dezembro, foram efetuadas trocas de R\$31,9 bilhões em títulos cambiais por LFT e *swaps* cambiais para permitir a compensação entre posições ativas e passivas dos fundos de investimento na BM&F. Sem alterar a exposição a risco de suas carteiras, essa compensação reduziu a volatilidade das cotas dos fundos de investimento e permitiu a liberação de volume significativo de margens de garantia, propiciando-lhes maior liquidez.

### **Política de intervenções no mercado de câmbio**

No atual regime de taxa de câmbio flutuante, as intervenções do Banco Central no mercado de câmbio são realizadas no sentido de prover liquidez ao segmento e controlar a volatilidade. Assim, na execução da política cambial, o Banco Central atua por meio de leilões de compra ou de venda de moeda estrangeira ou por meio de operações diretas com instituições credenciadas, podendo, ainda, valer-se de negociações em plataforma eletrônica. As operações, quando realizadas diretamente, têm que ser ofertadas a, pelo menos, cinco instituições *dealers* credenciadas.

As modalidades tradicionais de atuação usualmente utilizadas são as operações prontas ou com liquidação futura e os leilões de venda de moeda estrangeira conjugada com compra futura (leilões de linha). Na primeira modalidade, os negócios são contratados com base na cotação praticada no momento da operação; na segunda, a operação inicial, de venda, é feita com base na taxa divulgada em boletim intermediário de taxas de câmbio, anteriormente à realização do leilão; na operação inversa, de compra futura, a taxa é calculada a partir da taxa inicial, acrescida do diferencial entre as taxas de juros internos e externos, de forma competitiva.

### **Recursos do Banco Central para crédito ao exportador**

Em meados de 2002, com o recrudescimento da instabilidade nos mercados interno e externo, ocorreu significativa redução na disponibilização de linhas de crédito externas voltadas para o comércio exterior brasileiro.

Como forma de suprir a diminuição das linhas de financiamento à exportação, o Banco Central instituiu um novo tipo de leilão de venda de moeda estrangeira, cujos recursos passaram a se vincular à concessão de adiantamentos sobre contratos de câmbio de exportação.

Essa nova modalidade de leilão consistiu na venda de moeda estrangeira no mercado de câmbio, por meio dos *dealers* credenciados, com o compromisso de o banco adquirente repassar os recursos correspondentes em reais aos exportadores, como financiamento às suas exportações futuras.

Até o final de dezembro de 2002, o total de moeda estrangeira vendida pelo Banco Central sob essa sistemática chegou a aproximadamente US\$1,5 bilhão, com os primeiros vencimentos ocorrendo a partir de fevereiro de 2003.

## **Administração das reservas internacionais**

O processo continuado de aperfeiçoamento na administração das reservas internacionais consolidou-se, em 2002, numa política baseada em divisão de responsabilidades, ampla definição de parâmetros institucionais e aperfeiçoamento no controle dos recursos e na avaliação da rentabilidade dos ativos.

A atual composição das reservas compreende *portfolios* de depósitos a prazo, de renda fixa e de moedas e ouro. Uma pequena parcela dos investimentos em renda fixa é administrada por gerentes externos, num programa que visa, por um lado, a obtenção de referência para a performance relativa da carteira administrada internamente e, por outro, a aquisição de *know-how* dos administradores externos.

## **Censo de capitais estrangeiros**

Realizado a cada cinco anos, o Censo de Capitais Estrangeiros tem como objetivo produzir dados e informações sobre a presença do capital estrangeiro na economia brasileira e subsidiar a definição de políticas globais e setoriais, mediante conhecimento mais apurado das empresas, existentes no país, receptoras de investimentos e/ou devedoras de créditos externos.

Os resultados do último Censo, realizado em 2001, foram disponibilizados na página do Banco Central na internet em 2002 e mostraram que o estoque de investimentos diretos no Brasil aumentou de forma expressiva em relação ao primeiro Censo realizado em 1995.

O capital integralizado total declarado superou a casa dos R\$350 bilhões, representando um crescimento nominal de 319,7% em relação aos R\$83,8 bilhões verificados em 1995.

A grande inovação tecnológica no Censo 2001 foi a possibilidade de as declarações serem prestadas via internet, com o declarante fazendo o *download* do programa e enviando sua declaração diretamente ao Banco Central por meio de transação do Sisbacen (Sistema de Informações do Banco Central).

## **Capitais Brasileiros no Exterior (CBE)**

Foi realizado em 2002 o primeiro levantamento sobre capitais brasileiros no exterior, cujos resultados encontram-se disponíveis na página do Banco Central na internet. Foram recebidas 11.661 declarações, e a soma dos valores declarados alcançou US\$69,7 bilhões.

O levantamento, realizado sob o sistema Registro Declaratório Eletrônico (RDE) módulo Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), foi desenvolvido para coletar declarações de todas as pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou com sede no Brasil, que possuam ativos em moeda, bens ou direitos mantidos fora do território nacional cujo valor total fosse equivalente ou superior a R\$200 mil, em 31 de dezembro de 2001.

A iniciativa permite o atendimento da Pesquisa Coordenada de Investimentos de *Portfolio* (*Coordinated Portfolio Investment Survey – CPIS*), sob a coordenação do FMI, bem como contribui para o cálculo da Posição de Investimento Internacional (PII) no Brasil, que integra o SDDS.

## **Fluxos de capitais com o exterior**

O fluxo de ingressos de capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos e financiamentos até dezembro de 2002 alcançou a cifra de US\$58,7 bilhões, contra US\$56,3 bilhões observados em 2001.

A dívida externa brasileira registrada fechou setembro de 2002 em US\$213,1 bilhões, contra os US\$208,8 bilhões verificados no ano anterior.

O fluxo líquido em 2002, a título de investimentos externos, atingiu superávit de S\$11,6 bilhões, resultante de ingressos líquidos em investimentos diretos (US\$14,1 bilhões) e outros investimentos (US\$3,0 bilhões), e remessas líquidas de investimentos em carteira (-US\$5,1 bilhões) e derivativos (-US\$0,4 bilhão).

### **3.2 Administração do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)**

#### **Implantação do Sistema de Transferência de Reservas (STR)**

A maior eficiência e, em especial, a redução dos prazos de transferência de recursos sempre se colocaram como pontos centrais no processo de evolução do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Esse foi o encaminhamento natural até meados da década de 90, dado o ambiente de inflação crônica até então existente no país.

Na atual reestruturação do SPB, promovida pelo Banco Central em parceria com os diversos agentes do sistema financeiro, o foco foi redirecionado para a modernização dos sistemas de compensação e de liquidação, sobretudo no que diz respeito ao gerenciamento dos riscos de liquidação (riscos de crédito e de liquidez). O objetivo passou a ser a redução do risco sistêmico, isto é, da possibilidade de que a quebra de uma instituição financeira provoque a quebra, em cadeia, de outras instituições financeiras, no chamado "efeito dominó".

Para isso, em 2001, como medidas preliminares, foram estabelecidas alterações legais e regulamentares que permitiram o aperfeiçoamento do arcabouço jurídico e regulamentar relacionado à liquidação de obrigações no âmbito dos sistemas de compensação e de liquidação.

Coroando a primeira etapa da atual reforma, o Banco Central colocou em operação, em 22 de abril de 2002, o STR, sistema que renova a infra-estrutura do Sistema Financeiro Nacional e, no que diz respeito a sistema de pagamentos, coloca o Brasil em linha com os principais países da comunidade financeira internacional.

No âmbito do STR, a liquidação de obrigações é feita em tempo real, operação por operação, em caráter irrevogável e incondicional, o que possibilita expressiva redução dos riscos de liquidação, aspecto de especial importância para a redução do risco sistêmico, sobretudo no que diz respeito às operações interbancárias.

A importância desse sistema, entretanto, transcende a questão da redução do risco sistêmico. O STR possibilita o surgimento de novos produtos bancários, do que é exemplo a Transferência Eletrônica Disponível (TED), já oferecida pelas instituições bancárias aos seus clientes. Esse instrumento possibilita transferências de fundos intradia, os quais, observadas as regras de liquidação do sistema, podem ser liberados para o destinatário em poucos minutos após a ordem do remetente, sejam eles beneficiário e remetente, instituições bancárias ou clientes dessas instituições.

## **Adequação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação**

A reforma do sistema de pagamentos, conforme já mencionado, implicou alterações legais e regulamentares relevantes, destacando-se dentre elas a obrigatoriedade de que, nos sistemas considerados sistemicamente importantes, as respectivas entidades operadoras devem atuar como contraparte central e, nessa condição, assegurar a liquidação das operações aceitas.

Para operação no novo ambiente, alterações nas respectivas estruturas técnicas também tiveram que ser efetuadas, notadamente no que diz respeito ao gerenciamento de riscos e ao suporte técnico-operacional relacionado com o processamento e a transmissão de dados, bastando dizer, quanto ao último aspecto, que a comunicação entre o STR e os demais sistemas de liquidação é feita exclusivamente por intermédio da Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), com base em mensagens eletrônicas padronizadas, criptografadas e com certificação digital, o que também representa uma pequena revolução no SFN.

O Banco Central concedeu prazo para a adequação dos sistemas de compensação e de liquidação pré-existentes às novas exigências para eles colocadas, tendo homologado, em 2002, o funcionamento dos sistemas operados pelas seguintes entidades:

- Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC)
- Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) – Operações com derivativos
- Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (Cetip)

Também o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), operado pelo Banco Central, ajustou-se às novas diretrizes aplicáveis ao SPB, passando a operar desde abril com liquidação em tempo real, operação por operação.

Ainda no bojo da reestruturação do SPB, o Banco Central autorizou o funcionamento dos seguintes novos sistemas de compensação e de liquidação:

- Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) – Operações de câmbio interbancário
- Centralclearing de Compensação e Liquidação S.A. – Central
- Tecban – Câmara de Compensação
- Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)

Objetivando a redução do risco sistêmico, o Banco Central atuou também para que as transferências de fundos de maior valor, antes efetuadas por cheque ou documento de crédito e cursadas na Centralizadora da Compensação de Cheques e outros Papéis (Compe), passassem a ser feitas por intermédio de outros instrumentos mais seguros e modernos, do que é exemplo a TED, com liquidação no STR ou em sistema similar.

Destacam-se nesse sentido, o trabalho de persuasão desenvolvido junto às instituições financeiras e, de outro, a exigência de constituição de depósito prévio no Banco Central, a ser feito pelos participantes da Compe. Constituindo ônus para as instituições depositantes, esse depósito tem o propósito de acelerar a migração de pagamentos para o novo ambiente.

### **Selic e o novo SPB**

No novo SPB, todos os sistemas de pagamento sob responsabilidade do Banco Central passaram a operar em regime de liquidação bruta em tempo real (LBTR). O Sistema Especial de

Liquidação e de Custódia (Selic) foi, portanto, adaptado a essa modalidade de liquidação, o que exigiu um intenso esforço de desenvolvimento desde o ano anterior.

As alterações no Selic foram concebidas de modo a conciliar os requisitos de minimização do risco para a autoridade monetária e de liquidez do mercado de títulos públicos federais. Para tanto, o sistema passou a reconhecer as operações compromissadas e de redesconto intradia, bem como a permitir a associação entre operações, de forma suficientemente limitada para respeitar o conceito de LBTR. Com igual objetivo foram criadas as operações de corretagem.

Outra modificação importante foi a adequação do Selic ao padrão de comunicação por meio de mensagens eletrônicas que trafegam na Rede do Sistema Financeiro Nacional e à exigência de manutenção de um computador reserva, em local diverso do principal. Finalmente, o regulamento do Selic foi reescrito e divulgado em abril, consolidando as modificações advindas do SPB e outras estabelecidas em normativos anteriores.

Ultrapassada a fase mais crítica de adaptação ao novo SPB, deu-se início, em setembro, a um projeto de reprogramação do Selic em novo ambiente tecnológico, buscando-se utilizar as mais avançadas ferramentas de desenvolvimento.

### **Alteração no regime de operação das contas Reservas Bancárias**

No contexto da reestruturação do sistema de pagamentos, o Banco Central deixou de admitir, a partir de junho de 2002, saldo a descoberto em conta Reservas Bancárias. Na sistemática operacional anteriormente observada, o Banco Central ficava submetido ao risco de crédito no caso de liquidação de instituição financeira titular da conta.

No regime de operação adotado a partir de abril de 2002, todas as transferências de fundos entre contas Reservas Bancárias passaram a ser feitas exclusivamente por intermédio do STR, condicionando-se cada uma delas à existência de suficiente saldo na conta a ser debitada. Com isso, as instituições financeiras passaram a administrar seus fluxos de caixa em tempo real, o que provocou alterações na forma de operar das instituições financeiras, as quais até então visavam tão somente à posição de final de dia.

Com a reforma do SPB, os sistemas de compensação e de liquidação considerados sistemicamente importantes passaram a contar com adequados mecanismos para gerenciamento dos riscos de liquidação, bem como com dispositivos que lhes permitem assegurar a liquidação das operações aceitas. Dessa forma, as entidades responsáveis pela operação desses sistemas passaram a atuar como “muros” de contenção em relação ao risco sistêmico, livrando o Banco Central, e em última análise a sociedade brasileira, de perdas impostas por saques a descoberto em contas Reservas Bancárias.

#### **4. Fortalecimento do sistema financeiro**



## **4. Fortalecimento do sistema financeiro**

### **4.1 Normas e organização do Sistema Financeiro Nacional**

O ano de 2002 foi marcado pelo prosseguimento dos trabalhos de adaptação das normas e práticas brasileiras a padrões internacionalmente reconhecidos, absolutamente necessários para manter o sistema financeiro ajustado ao mercado globalizado, promovendo o Banco Central do Brasil significativos avanços no aprimoramento e na consolidação de normativos e de funcionamento das instituições financeiras em geral.

Vale destacar a revisão e a atualização das normas que tratam de concessão de autorização para funcionar e de transferência de controle de instituições financeiras, que representam importantes inovações para o mercado doméstico.

No âmbito do Programa Nacional de Desburocratização, foram editadas a Resolução 2.927 e a Circular 3.081, que revogaram, expressamente, 781 normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, que se encontravam sem função por decurso de prazo ou por regulamentação superveniente, objetivando facilitar e agilizar a consulta e a pesquisa às normas vigentes que regem o sistema financeiro.

Dando continuação a tais trabalhos, foram identificados, para revogação, dispositivos que consideram como falta grave, de forma genérica e automática, o descumprimento de preceitos contidos em normativos editados pelo Banco Central do Brasil, objetivando eliminar distorções que causavam constrangimento na ação de fiscalização, que se via na contingência de aplicar sanções às instituições independentemente do grau da irregularidade observada, já que tais dispositivos desconsideravam as gradações das penalidades contidas no art. 44 da Lei 4.595, de 1964, o que foi realizado via Resoluções 3.036 e 3.037 e Circular 3.159.

As demais ações trataram de diversos temas, em especial regras prudenciais, transparência, medidas visando à ampliação dos serviços financeiros à disposição da população de baixa renda e desburocratização.

#### **Acesso ao mercado e administradores**

A Resolução 3.040 foi editada com o objetivo de aprimorar e adequar, aos interesses da sociedade e aos parâmetros internacionalmente aceitos, a estrutura regulamentar básica relativa à concessão de autorizações para o funcionamento de novas instituições no Sistema Financeiro Nacional (SFN), admissão de controladores e outros assuntos de reorganização societária, abrangendo processos de mudança do objeto social, cisão, fusão, incorporação e cancelamento da autorização para funcionamento, assuntos anteriormente disciplinados pelo Regulamento Anexo I à Resolução 2.099, de 1994.

Não obstante as regras baixadas em 1994 tenham representado significativo avanço em relação ao arcabouço normativo até então vigente, diagnosticou-se a necessidade de doravante serem adotados procedimentos no curso dos processos de autorização que permitam análises e exigências mais abrangentes, bem como maior uso do poder discricionário conferido ao Banco Central do Brasil pelo art. 10, § 1º, da Lei 4.595, de 1964.

Nesse sentido, a nova regra pressupõe acurada análise técnica acerca de toda e qualquer informação considerada importante relativamente ao empreendimento e seus organizadores, bem como o acompanhamento de todas as etapas de sua implementação, a partir

do atendimento de diversos requisitos relacionados com a constituição da sociedade e com a efetiva autorização para seu funcionamento.

Institui-se, assim, a necessidade de apresentação, na etapa de constituição, de estudo de viabilidade econômico-financeira, de plano de negócios e de definição dos padrões de governança corporativa a serem observados, de modo a permitir apreciação de elementos capazes de delinear a trajetória do empreendimento nos seus primeiros anos de funcionamento, assegurando ao Banco Central do Brasil o acompanhamento mais consistente das novas instituições.

A mencionada regulamentação também confere tratamento mais adequado, no atual contexto do SFN, a questões envolvendo controle societário e estrutura organizacional, alcançando aspectos relativos à conceituação e à identificação dos controladores finais, detentores de participação qualificada e origem de recursos a serem utilizados no empreendimento.

Além disso, institui uma nova concepção que assegura ao Banco Central do Brasil maior efetividade no dimensionamento da capacidade econômico-financeira dos controladores (considerados individualmente ou pelo grupo de controle em si), tendo em conta o porte, natureza e práticas de governança corporativa de cada empreendimento.

A adoção de todas essas medidas estabelece um novo modelo de acesso ao SFN, em linha com as práticas internacionalmente aceitas e com as diretrizes recomendadas pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Com base nessas novas diretrizes, o exame dos processos em questão não será pautado essencialmente por parâmetros quantitativos, mas pela viabilidade econômica de cada empreendimento e pelo que agregará ao sistema financeiro em termos de eficiência e de satisfação das demandas da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, visando compatibilizar as normas previstas na regulamentação vigente às novas disciplinas e permitir análises e exigências mais abrangentes aplicáveis aos pretendentes a cargos em órgãos estatutários de instituições integrantes do SFN, foram objeto de revisão, atualização e consolidação, nos termos da Resolução 3.041, os normativos relacionados à aprovação de eleitos e nomeados para exercerem cargos de administração nas citadas instituições, não obstante os avanços observados a partir da edição da Resolução 2.645, de 1999, que havia disciplinado procedimentos acerca do assunto.

Esse novo arcabouço regulamentar possibilita avaliação mais minuciosa da idoneidade dos pretendentes, inclusive com a participação da Secretaria da Receita Federal, com a qual o Banco Central do Brasil firmará convênio para intercâmbio de informações relativas aos respectivos eleitos ou nomeados.

O normativo visa, ainda, atribuir maior efetividade ao exame dos requerimentos de capacitação técnica dos conselheiros de administração, diretores e sócios-gerentes, cabendo à instituição apresentar, concomitantemente aos atos de eleição ou nomeação, declaração justificada ao Banco Central do Brasil contendo os critérios que nortearam a escolha dos nomes submetidos a sua aprovação. Essa nova concepção permite avaliar a capacitação dos pretendentes, a partir da respectiva formação acadêmica, da experiência profissional e de outros quesitos julgados relevantes, compatíveis com o porte da instituição e complexidade de suas atividades.

## **Regras prudenciais**

### ***Certificação***

A regulamentação atinente ao exercício da atividade de agente autônomo de investimento passou por um profundo processo de reformulação com a edição da Resolução 2.838, de 2001, quando foram introduzidas inovações para tornar indispensável, para o desempenho da função, o registro preliminar do profissional na Comissão de Valores Mobiliários, a obrigatoriedade de aferição de conhecimentos por entidade certificadora e a estipulação de que a atividade somente pode ser desenvolvida mediante a prévia celebração de contrato com instituição integrante do sistema financeiro.

Considerando que inúmeros empregados de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil exercem atividades semelhantes àquelas executadas pelos agentes autônomos de investimento, o Conselho Monetário Nacional decidiu que esses profissionais também deveriam ser submetidos ao exame de certificação.

Posteriormente, foram estabelecidas pela Resolução 3.057 as condições específicas para a certificação dos empregados das instituições financeiras e assemelhadas que desempenham atividades de distribuição e mediação de títulos, valores mobiliários e derivativos via exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica.

O processo de certificação deverá observar cronograma de escalonamento estabelecido no normativo, atingindo 100% dos empregados, novos e antigos, até 31 de dezembro de 2006. A certificação deverá ser renovada em prazo não superior a cinco anos da última certificação, bem como na hipótese de o empregado exercer atividades distintas daquelas para as quais tenha sido considerado apto.

### ***Créditos tributários***

Foi editada a Resolução 3.059, como resultado da revisão das normas para reconhecimento, registro contábil e avaliação de créditos tributários, aplicáveis a instituições financeiras, em linha com práticas e procedimentos adotados nos mercados internacionais, de forma a estabelecer critérios mais objetivos e rigorosos, que permitam que esses ativos reflitam com maior fidedignidade a geração de benefícios futuros.

O reconhecimento dos créditos tributários somente poderá ser efetuado quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições, devendo a probabilidade de realização daqueles créditos ser criteriosamente avaliada pelo menos quando da elaboração dos balanços semestrais e anuais:

a) a instituição apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, ao longo dos últimos cinco exercícios sociais; e

b) houver expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros em períodos subseqüentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de cinco anos, estudo esse que constituirá instrumento importante para fins de acompanhamento e controle desses créditos.

Além disso, será exigido que o auditor independente, ao emitir a sua opinião sobre as demonstrações contábeis, manifeste-se quanto à adequação dos procedimentos para a constituição e a manutenção dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas.

Foi estabelecido cronograma para a exclusão progressiva dos créditos tributários já registrados que não atendem aos novos requisitos, de forma a permitir transição menos severa para adequação das instituições financeiras à nova regulamentação.

Ainda, no sentido de ajustar o grau de alavancagem das instituições financeiras, será estabelecida exigência complementar, após conclusão do mencionado cronograma, de modo a excluir do nível I do PR o total de créditos tributários que ultrapasse 40% daquele nível, medida essa em linha com as melhores práticas internacionais e que deverá ser plenamente observada a partir de 1º de janeiro de 2008.

Dessa forma, as novas regras para registro de créditos tributários, além de promoverem aprimoramento da base regulamentar, conferindo, inclusive, análise mais depurada do grau de alavancagem das instituições, proporcionarão harmonização com padrões domésticos e internacionais e maior transparência ao mercado.

### ***Consórcios***

Considerando o estágio atual de desenvolvimento e de capacitação profissional experimentado pelo setor de consórcios, foi estendida ao segmento, por intermédio da Circular 3.078, e à semelhança do que já é exigido das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a obrigatoriedade de implantação de sistemas de controles internos, voltados às atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.

### ***Utilização do termo “diretor”***

De acordo com a legislação, os diretores são pessoas responsáveis pela administração e representação da sociedade, sendo a eles atribuído o cumprimento de deveres e responsabilidades, inclusive no que se refere à indisponibilidade de seus bens, no caso de liquidação extrajudicial ou falência.

Há evidências, entretanto, de que, no âmbito das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o termo diretor tem sido utilizado por funcionários não eleitos ou nomeados pelo conselho de administração ou pela assembleia geral ou por instrumento de alteração contratual e, evidentemente, sem poderes legais de administração da companhia.

A prática, evidentemente, poderia provocar prejuízo a terceiros, na medida em que, mal empregada, induziria a interpretações errôneas por clientes da instituição, já que não é usual que se certifiquem das atribuições e responsabilidades concedidas aos funcionários inapropriadamente identificados como diretores.

Assim, com o objetivo de disciplinar essa questão, foi editada a Circular 3.136, explicitando que o termo diretor deve ser utilizado exclusivamente por pessoas eleitas ou nomeadas, conforme o caso, pelo conselho de administração ou pela assembleia geral ou por instrumento de alteração contratual da respectiva instituição para o exercício das funções de administração previstas na legislação em vigor.

## **Transparência**

### ***Nova Central de Risco de Crédito***

Com a edição da Circular 3.098, foi dado início ao projeto de atualização do Sistema Central de Risco de Crédito, instrumento que se tem revelado de grande utilidade no âmbito das atividades de supervisão.

### ***Consórcios***

Seguindo a filosofia de tratamento a ser adotada nas relações entre instituições financeiras e seus clientes, foi realizado estudo, em parceria com as Centrais de Atendimento ao Público do Banco Central do Brasil, objetivando o aperfeiçoamento dos procedimentos a serem observados pelas administradoras de consórcio, que teve como resultado a Circular 3.085, estendendo os mesmos princípios de garantia dos direitos dos clientes e usuários das instituições financeiras em geral, divulgados pela Resolução 2.878, de 2001.

## **Modalidades Operacionais**

### ***Acordo para Compensação e Liquidação de Obrigações – Netting***

A Resolução 3.039 regulamentou o art. 30, § 1º, da Medida Provisória 2.192-70, de 2001. O Acordo para Compensação e Liquidação de Obrigações (*netting*) deve convencionar que, na ocorrência de evento de inadimplemento e quando o cliente e o banco são credores e devedores um do outro, as obrigações sejam liquidadas por diferença. A novidade é que a norma afasta essas obrigações, pelo valor contratual, do rol de ativos e passivos no caso de falência, concordata ou liquidação de uma empresa, por antecipar seu vencimento e determinar a liquidação por diferença. O novo instrumento tende a eliminar, ou pelo menos diminuir substancialmente, o risco de crédito, reduzindo, conseqüentemente, o *spread* bancário e o custo do dinheiro.

### ***Operações vinculadas***

Foi facultada, pela Resolução 2.921, a realização de operações ativas vinculadas, assim denominadas em função de sua subordinação a determinadas operações de captação de recursos.

Referidas operações, por implicarem menores riscos de crédito, já que o risco é repassado ao aplicador dos recursos, viabilizam operações que normalmente não seriam factíveis para as instituições financeiras, em função do limite de exposição por cliente ou de restrições de captação de recursos.

### ***Derivativos de crédito***

Foi editada a Resolução 2.933, autorizando a realização de operações de derivativos de crédito, nas modalidades, formas e condições estabelecidas pela Circular 3.106, objetivando proporcionar melhores condições para a administração do risco de crédito das instituições financeiras, obtidas por meio da eficiente alocação desses riscos, sem a necessária transferência

dos ativos a eles associados. Essa modalidade permite transferir o risco de crédito, liberar capital regulamentar e provisões, melhor mensurar o risco de crédito e otimizar os resultados das instituições.

### ***Direcionamento dos depósitos de poupança – Sistema Financeiro da Habitação (SFH)***

Como resultado do esforço empreendido pelo governo federal para a superação dos problemas da intermediação financeira no setor imobiliário, e complementando o aprimoramento no arcabouço jurídico relativo ao crédito imobiliário, foram editadas as Medidas Provisórias 2.221, que criou o instituto do patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias; e 2.223, que alterou diversos dispositivos da Lei 9.514, de 1997, e criou a Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI).

A Resolução 3.005 contempla sugestões elaboradas pelo Grupo de Trabalho constituído pelo Exmo. Sr. Presidente da República em despacho de junho de 1999, com a atribuição de propor medidas voltadas ao aprimoramento do SFH e tem como principal objetivo aumentar a oferta de recursos no segmento imobiliário. Destaca-se a permissão para financiar os custos cartorários e tributários incorridos pelos mutuários, mesmo que tais valores, acrescidos ao do imóvel, excedam o limite máximo permitido para o SFH, o que poderá auxiliar, em muito, a melhoria das condições para aquisição de casa própria, pela diluição de tais custos ao longo do prazo do financiamento.

### ***Companhias hipotecárias***

Foi permitida, pela Resolução 3.017, a transformação das companhias hipotecárias em qualquer outro tipo de instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, desde que preenchidas todas as condições relativas ao acesso ao SFN, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado e ao gerenciamento dos riscos associados à realização de operações privativas das demais instituições financeiras.

### ***Fundo Garantidor de Créditos (FGC)***

A Resolução 3.024 alterou o estatuto e o regulamento do FGC, a fim de adequar seus dispositivos às transformações por que passou o SFN desde a época da constituição do fundo, nos termos da Resolução 2.211, de 1995.

### ***Convênio com a CVM***

Com a entrada em vigor da Lei 10.303, de 2001, foram atribuídas novas funções à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tornando necessária a definição de aspectos que envolvam a atuação daquela Autarquia e do Banco Central do Brasil, com vistas a se evitar solução de continuidade quanto ao regular funcionamento dos mercados financeiro e de capitais.

Assim, visando equacionar dificuldades surgidas em decorrência da nova lei, foi editada a Decisão-Conjunta 10, estabelecendo procedimentos acerca do adequado funcionamento dos citados mercados, para vigorarem no período de transição.

Por essa decisão-conjunta, ficou estabelecido que, enquanto não editadas pela CVM normas referentes à autorização de contratos de derivativos, às bolsas de mercadorias e de

futuros, às entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários e aos fundos de investimento financeiro, fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento e fundos de investimento no exterior, permanecem aplicáveis as disposições e os procedimentos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil a respeito, inclusive aquelas relativas à constituição e ao funcionamento dos mencionados condomínios, sem prejuízo do exercício das atribuições legais de fiscalização da Comissão.

O normativo também determinou a criação de Grupo de Trabalho, constituído por integrantes do Banco Central e da CVM, com o objetivo de, no prazo de trinta dias, elaborar minuta de convênio, que foi assinado em 5 de julho de 2002, regulando as providências e os procedimentos operacionais a serem adotados acerca das seguintes matérias relativas à Lei 6.385, de 1976, com a redação dada pela Lei 10.303, de 2001:

- a) intercâmbio de dados e informações a serem mantidos pelas duas autarquias, no âmbito dos mercados financeiro e de capitais;
- b) exercício da fiscalização das atividades dos fundos de investimento financeiro, fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento e fundos de investimento no exterior;
- c) manifestação prévia do Banco Central a respeito de normas a serem editadas pela CVM, que tenham reflexos na condução das políticas monetária, cambial e creditícia e na atuação das instituições financeiras e demais instituições por ele autorizadas a funcionar;
- d) manifestação prévia da CVM a respeito de normas a serem baixadas pelo Banco Central que tenham reflexos no mercado de valores mobiliários e na atuação das instituições do sistema de distribuição de valores mobiliários.

## **Atendimento à população de baixa renda**

### ***Contas de Depósito – Correspondentes***

A Resolução 2.953 versa sobre a adequação de disposições relativas ao processo de abertura, manutenção e movimentação de contas de depósitos à regulamentação posteriormente editada, em especial a que disciplina a contratação de correspondentes de instituições financeiras no país.

Nesse sentido, foi dispensada a exigência de assinatura, pelo gerente, de declaração específica atestando a exatidão das informações prestadas à vista da documentação original, ratificando-se, em contrapartida, as responsabilidades das instituições pela verificação das informações prestadas quando da abertura de contas de depósitos, bem como pela autenticidade da documentação apresentada pelos correntistas, relativa à sua identificação, permitindo, ainda, que a execução de tais procedimentos seja atribuída aos correspondentes das instituições financeiras.

Adicionalmente, foi facultada a contratação de tabelionatos notariais e de registro para o exercício das funções de correspondente no país, inclusive no tocante aos processos de abertura de contas de depósitos.

## ***Postos de Atendimento Bancário Eletrônico – PAE***

A Resolução 2.926 facultou às instituições financeiras a instalação de Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE) em qualquer localidade do país, inclusive onde não existam agências ou sede, o que era proibido até então. A criação de correspondentes bancários (inclusive empresas comerciais como lotéricas e correios), autorizados a realizar determinadas operações bancárias para uma instituição financeira, aumentou consideravelmente a demanda por caixas eletrônicos. Assim, além de reduzir custos operacionais, a medida objetiva criar facilidades para o correntista e contribuir para o fortalecimento dos municípios, estimulando a circulação de dinheiro e ampliando o fornecimento de serviços financeiros à população. Atende também a demandas de instituições que atuam no segmento.

## ***Cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores***

No âmbito do processo de aperfeiçoamento da regulamentação do setor cooperativo de crédito, foi editada a Resolução 3.058 que abre a possibilidade de formação de cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, incluídas as atividades da área rural, cuja receita bruta anual, por ocasião da associação, seja igual ou inferior ao limite estabelecido pela legislação em vigor para as pequenas empresas.

Trata-se de medida de grande importância não apenas para o fortalecimento do setor cooperativo, como também para uma mais ampla democratização do crédito e dos serviços financeiros, projeto sob o qual foram editadas inúmeras outras normas nos últimos anos, especialmente as referentes à constituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, à contratação de correspondentes bancários e à constituição de bancos cooperativos.

A norma reflete a importância dada pelo governo ao segmento econômico representado pelos pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, responsáveis pela geração da grande massa de empregos do país, e vem juntar-se aos esforços realizados pelos vários órgãos oficiais e privados para apoio ao segmento. Dessa forma, a possibilidade de constituição dessas cooperativas, que visam suprir a demanda por créditos destinados às atividades produtivas, vem adicionar-se ao quadro das iniciativas voltadas para o estímulo ao empreendedorismo, capacitação, apoio à exportação, desenvolvimento tecnológico e modernização administrativa, entre outras.

A essência da nova disciplina reside precisamente na constituição de cooperativas sem exigência de segmentação por ramo especializado. Tratando-se, portanto, de cooperativas com maior liberdade de associação em relação às atualmente constituídas, devem observar alguns requisitos adicionais em relação às demais, especialmente a filiação à cooperativa central de crédito e a publicação de demonstrações financeiras em jornal de grande circulação na área de atuação, medidas que visam prover maior controle externo e transparência às suas atividades.

## **Marcação a mercado – Aspectos normativos**

### ***Crítérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos***

Reconhecendo que o SFN tem apresentado significativa evolução ao longo dos últimos anos, beneficiando-se do processo de integração dos mercados internacionais e dos avanços tecnológicos, o que tem provocado, entre outros aspectos, a revisão da amplitude da estrutura de regulação adotada no país, foram estabelecidos critérios recomendados no âmbito internacional, relativamente ao registro e à avaliação de títulos e valores mobiliários, bem como



de instrumentos financeiros derivativos, atentando para as necessidades específicas de supervisão e para as demandas do mercado nacional, destacada a possibilidade de classificação dos títulos e valores mobiliários em categorias distintas, de acordo com a intenção e a capacidade financeira de negociação ou manutenção em carteira, pela avaliação de mercado ou pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

Foi editada a Circular 3.082, estabelecendo referidas condições de registro e classificação contábil para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e administradoras de consórcio. Posteriormente, foi editada a Resolução 2.931, alterando a regra para os fundos de investimento ao determinar a obrigatoriedade da adoção do critério de avaliação dos ativos integrantes da carteira do fundo pelo seu valor de mercado, possibilitando a edição da Circular 3.086, alterada pela Circular 3.096, estendendo as medidas para os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras dos fundos de investimento financeiro, fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento, fundos de aposentadoria programada individual e fundos de investimento no exterior. A Circular 3.123 determinou que o enquadramento às disposições dos referidos normativos fosse efetuado até 30 de junho.

### **Organização do SFN**

Ao final de outubro, o Sistema Financeiro Nacional possuía 2.536 instituições, conforme quadro abaixo:

<b>Tipo de instituição</b>	<b>Total</b>
Bancos Múltiplos	144
Bancos Comerciais	24
Bancos de Desenvolvimento	4
Bancos de Investimento	21
Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento	45
Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários	164
Sociedades Corretoras de Câmbio	42
Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários	152
Sociedades de Arrendamento Mercantil	66
Caixas Econômicas	1
Sociedades de Crédito Imobiliário/Associações de Poupança e Empréstimo	18
Companhias Hipotecárias	6
Agências de Fomento	9
Sociedades de Crédito ao Microempreendedor	36
Cooperativas de Crédito	1.427
Administradoras de Consórcios	377
<b>Total</b>	<b>2.536</b>

Foi implantada, em maio, uma consultoria especializada em examinar processos que envolvam aspectos de concentração e defesa da concorrência no sistema financeiro, bem como o desenvolvimento de indicadores e processos de trabalho para o acompanhamento do sistema financeiro, sob a ótica da concorrência.

## 4.2 Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

O Banco Central do Brasil, no desempenho de sua função de supervisor do Sistema Financeiro Nacional, estabelecida na Lei 4.595/64, atua de forma a garantir que os bancos operem de modo seguro e eficaz e que mantenham capital e reservas suficientes para suportar os riscos inerentes aos seus negócios.

O objetivo primordial de suas ações, realizadas segundo as melhores práticas internacionais e, em especial, seguindo as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, do Banco de Compensação Internacionais (BIS), é manter a confiança no sistema financeiro e reduzir o risco de perda para os depositantes, bem como garantir elevado nível de transparência no processo de supervisão.

No modelo de supervisão bancária brasileiro, o sistema financeiro é fiscalizado de duas formas: a) supervisão direta, que compreende a realização de inspeções diretas nas instituições financeiras; e b) supervisão indireta, que consiste na análise, na avaliação e no monitoramento sistemático e contínuo das instituições financeiras e dos mercados.

Todos os aspectos de risco, que incluem situação financeira e patrimonial, operações, prestação de serviços, rentabilidade, eficiência gerencial, controles internos, exposição e gerenciamento de riscos, limites operacionais e cumprimento de normas, são analisados e avaliados, de forma abrangente, no processo de fiscalização das instituições financeiras e dos conglomerados bancários. No caso dos conglomerados bancários, a fiscalização abrange todo o grupo econômico, mediante a avaliação tanto das empresas financeiras quanto das empresas não-financeiras, localizadas no país e no exterior.

Da mesma forma, inspeciona os bancos estrangeiros em funcionamento no país e as dependências de bancos brasileiros no exterior, mantendo um intercâmbio constante de informações com as autoridades de supervisão dos países em que estão localizadas essas instituições e dependências.

Além disso, o Banco Central realiza, regularmente, fiscalizações voltadas para a prevenção e o combate do uso do sistema financeiro com finalidades ilícitas, inclusive lavagem de dinheiro.

Do mesmo modo, em razão da crescente inserção da economia brasileira no mercado internacional, foram intensificadas as relações com entidades de supervisão de outros países e com organismos internacionais, no que se refere à participação em eventos de treinamento, a grupos de trabalho e a relacionamento bilateral para intercâmbio de informações para fins de supervisão.

O Banco Central é responsável pela supervisão de 2.536 instituições e conglomerados financeiros, os quais detêm ativos de R\$1.224,6 bilhões. O segmento bancário representa a maior parte do sistema, sendo composto de 141 conglomerados financeiros e instituições bancárias independentes, os quais detêm ativos de R\$1.197,8 bilhões.

A estrutura da área de fiscalização é composta por quatro departamentos, com escritórios em Brasília e em nove capitais (São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém).

## **Supervisão indireta**

A supervisão indireta é realizada pelo Banco Central de forma a manter as instituições e o mercado financeiro sob contínuo acompanhamento, com vistas a diagnosticar antecipadamente as situações de risco e implementar as ações preventivas e corretivas que se fizerem necessárias.

O modelo de supervisão indireta brasileiro compreende as seguintes atividades principais:

- monitoramento diário dos mercados de câmbio e de juros, incluindo a realização de testes de estresse com diferentes cenários, de forma a avaliar os efeitos de aumentos e diminuições das taxas de juros e de câmbio, além da inadimplência da carteira de operações de crédito, da qual dispõe de informações mensais, sobre a situação patrimonial e financeira dos bancos;
- acompanhamento e análise das operações registradas nas centrais de liquidação e custódia, com a finalidade de identificar riscos nas posições assumidas pelas instituições financeiras e detectar operações fora dos parâmetros normais de mercado, nas operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários;
- monitoramento do risco de crédito para verificar a exposição das instituições financeiras em relação ao risco inerente às operações de crédito. As instituições cujas carteiras requerem verificação mais detalhada são indicadas para inspeção direta;
- acompanhamento das instituições e do Sistema Financeiro Nacional, cujos trabalhos, em 2002, relacionaram-se aos seguintes tópicos:
  - Variações significativas – sistema que visa identificar eventuais problemas econômicos, financeiros e operacionais, para análise mais detalhada pelo Banco Central do Brasil, a partir da constatação de alterações anormais nos saldos constantes das demonstrações financeiras das instituições;
  - Limites operacionais – trabalho destinado a monitorar as instituições financeiras quanto ao cumprimento dos limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor, tais como o limite de capital mínimo, o limite de capital para os ativos ponderados pelo risco (limite de Basileia) e o limite de imobilização (montante de recursos investidos em imóveis, instalações, participação no capital de outras empresas etc);
  - Sistema de indicadores – conjunto de indicadores de análise calculados a partir das demonstrações financeiras das instituições, que é utilizado pelo Banco Central para avaliá-las quanto a aspectos importantes, como situação operacional e patrimonial, rentabilidade, situação de liquidez e nível de eficiência operacional;
  - Dados agregados – processo conduzido com o objetivo de verificar o comportamento do sistema financeiro em relação a aspectos relevantes, como rentabilidade, depósitos, operações de crédito, operações com títulos de renda fixa e créditos tributários;
  - Segmentos – tipo de análise realizada com o objetivo de identificar o comportamento, em termos de desempenho operacional e tendências, dos diversos segmentos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (bancos comerciais, bancos múltiplos, financeiras, administradoras de consórcio etc).

## **Supervisão direta**

As atividades de fiscalização direta realizadas nas instituições tiveram como principal instrumento a Inspeção Global Consolidada (IGC), que consiste num conjunto de procedimentos e de metodologias destinados à avaliação abrangente das instituições financeiras, inclusive as

dependências no país e no exterior, bem como as operações e os negócios realizados pelas empresas financeiras e não-financeiras que fazem parte do mesmo conglomerado a que pertence a instituição sob inspeção.

A atuação do Banco Central na área de supervisão tem-se caracterizado pela prevenção de riscos, de forma a detectar e a corrigir as deficiências operacionais e os desequilíbrios patrimoniais, com vistas a evitar a ocorrência de problemas nas instituições e no sistema financeiro.

Dentre as ações implementadas, merecem ser destacados o monitoramento das instituições financeiras quanto à adaptação para operar de acordo com o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro e os trabalhos de inspeção e de acompanhamento da implementação do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, instituído pela Medida Provisória 2.195, de 24.8.2001.

O Banco Central cumpriu integralmente a programação de trabalhos de supervisão direta para 2002, no país e no exterior, com a realização de mais de 3 mil atividades relacionadas à fiscalização das instituições financeiras.

### **Novo sistema de classificação de bancos**

Como parte do processo de aperfeiçoamento da supervisão do sistema financeiro, o Banco Central está implementando um novo sistema de classificação de bancos. Desenvolvido segundo as melhores práticas internacionais de supervisão, esse novo sistema compreende um conjunto de procedimentos e de metodologias para a avaliação da situação geral das instituições financeiras, permitindo que a opinião da supervisão sobre cada uma das instituições possa ser expressa em uma única nota. As notas vão de 1 a 5, sendo 1 a que revela a melhor situação.

A nova forma de classificação proporcionará expressivos ganhos de eficiência na fiscalização do sistema financeiro, à medida que permitirá ao Banco Central direcionar suas ações para aquelas instituições que apresentam maior nível de preocupação quanto à situação operacional ou à saúde financeira, e acompanhar, de maneira mais eficaz, se as instituições financeiras adotaram as medidas recomendadas, relativas à correção de procedimentos administrativos e à implementação de aperfeiçoamentos em sistemáticas operacionais.

### **Central de risco de crédito**

O Banco Central mantém, desde 1997, o Sistema Central de Risco de Crédito, cujas informações provêm das instituições financeiras e referem-se aos saldos devedores dos clientes com responsabilidade superior a R\$5.000,00 perante cada uma das instituições informantes. Abaixo desse valor, os dados são informados de forma consolidada.

O Sistema tem como objetivos principais prover o Banco Central de informações para o monitoramento do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras, com vistas a antever e prevenir problemas no sistema financeiro; subsidiar análises e pesquisas conduzidas pelos departamentos das áreas de política monetária e de política econômica do Banco Central; e disponibilizar para o setor bancário informações sobre operações de crédito, com o objetivo de permitir o aprimoramento das decisões de concessão e de gerenciamento de crédito, contribuindo para a diminuição da inadimplência do sistema financeiro e do custo dos empréstimos para os clientes dos bancos.

Em 2002, foram concluídas importantes etapas do processo de ampliação do Sistema Central de Risco de Crédito, com a introdução de aperfeiçoamentos substanciais quanto à qualidade e à quantidade das informações coletadas e à tecnologia de processamento de dados.

O acesso aos dados do Sistema Central de Risco é permitido ao público. Porém, por razões de sigilo bancário, o cidadão somente tem acesso às informações sobre as suas próprias operações de crédito, o que pode ser feito diretamente nas Centrais de Atendimento ao Público ou mediante o cadastramento no Banco Central do Brasil para recebimento das informações via internet.

### **Manual da supervisão**

Como parte do processo de aperfeiçoamento da supervisão do sistema financeiro, o Banco Central instituiu um novo manual de supervisão, a fim de padronizar os trabalhos e de facilitar a divulgação dos conceitos, das metodologias e das diretrizes de supervisão do sistema financeiro.

Disponível em meio eletrônico, o manual sintetiza o conhecimento no âmbito da área de fiscalização do Banco Central e contém um conjunto de conceitos e de instruções básicas para o acompanhamento e a avaliação quantitativa e qualitativa das operações, dos negócios e dos riscos a que as instituições financeiras estão expostas.

O manual é composto de duas partes, sendo uma mais geral, que contém os conceitos básicos de supervisão e outra com a descrição detalhada dos procedimentos de supervisão. O público pode ter acesso à parte conceitual do manual por meio da página do Banco Central na internet.

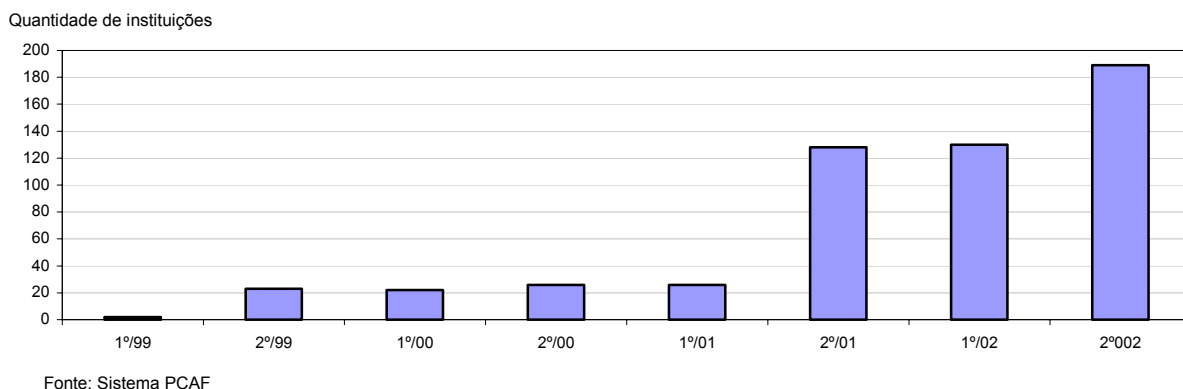
### **Prevenção e combate à lavagem de dinheiro**

Para prevenir a utilização do Sistema Financeiro Nacional em procedimentos de lavagem de dinheiro, são realizadas avaliações nas instituições financeiras abrangendo a política institucional, a estrutura organizacional, as ferramentas de controle, os procedimentos para detecção, análise e comunicação de ocorrências suspeitas, as políticas de “conheça o seu cliente”, “conheça o seu empregado” e as de treinamento.

A partir de um conjunto de informações, no qual se incluem as comunicações de operações suspeitas oriundas das instituições financeiras, identificam-se as estruturas de operações e os artifícios utilizados para lavagem de dinheiro, com vistas a orientar a atuação do Banco Central quanto a possíveis vulnerabilidades do Sistema Financeiro Nacional e os riscos legais, operacionais e de reputação a que estão expostas as instituições financeiras.

Em 2002, houve crescimento no número de instituições que comunicaram ocorrências com indícios de crime enquadrável na Lei 9.613/98, fato que evidencia o aprimoramento dos sistemas de detecção implementados pelos bancos, em decorrência de recomendações do Banco Central. Até setembro, 189 instituições realizaram comunicações de ocorrências suspeitas.

### Instituições que registraram ocorrências



Observou-se, ainda, a melhora na qualidade das comunicações efetivadas, que vêm sendo acompanhadas de relatos detalhados, cujas informações são relevantes para as investigações a serem conduzidas pelas autoridades competentes. De março de 1999 a dezembro de 2002, chegaram ao Banco Central 10.408 comunicações. A evolução na quantidade de comunicações reflete os bons resultados das ações desenvolvidas pelo Banco Central.

### Processos administrativos punitivos

Nas ocasiões em que verificou indícios de descumprimento da regulamentação vigente, o Banco Central examinou a respectiva documentação e instaurou, nos casos devidos, processos administrativos punitivos contra instituições financeiras, administradores e auditores externos, os quais podem ensejar a aplicação de punições, como advertência, multa e inabilitação para dirigir instituição financeira.

Visando assegurar que as decisões fossem tomadas com base em amplo debate técnico e com uniformidade de critérios e procedimentos, os fatos e documentos motivadores das pretensões punitivas foram examinados no âmbito de dois comitês, criados especificamente para aqueles fins: o Comitê de Instauração de Processos Administrativos (Copad), que decide quanto à aplicabilidade dos processos administrativos, e o Comitê Deliberativo sobre Proposta de Decisão de Processos Administrativos Punitivos (Codep), que delibera quanto à efetiva ocorrência das irregularidades, à culpa dos acusados e às punições cabíveis.

Além de instaurar processos administrativos para apurar e punir infrações às normas cujo cumprimento lhe cabe fiscalizar, o Banco Central comunicou as irregularidades de que tomou conhecimento e que não se inserem em sua área de atuação aos órgãos encarregados de reprimi-las, como é o caso das infrações penais, de alçada do Ministério Público, e das infrações fiscais, de competência das secretarias de receita.

### Relacionamento com outras entidades e organismos de supervisão

Visando maior eficiência no processo de supervisão do sistema financeiro, o Banco Central manteve relacionamento para intercâmbio de informações com entidades de supervisão de outros setores do país, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

No tocante às atividades de prevenção e de combate à lavagem de dinheiro, o Banco Central participou das atividades do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Esse conselho foi criado pelo governo federal, em 1998, com a finalidade de disciplinar, aplicar punições administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades. É composto por servidores designados pelo governo entre os integrantes do quadro de pessoal efetivo do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal, de órgão de inteligência do Poder Executivo, do Departamento de Polícia Federal e do Ministério das Relações Exteriores.

Para supervisão das agências e das subsidiárias de bancos brasileiros no exterior, inclusive realização de inspeções diretas, bem como dos bancos estrangeiros em operação no Brasil, o Banco Central manteve relacionamento de intercâmbio de informações com as entidades de supervisão de bancos de vários países, entre os quais Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Espanha, Ilhas Cayman e Argentina.

O Banco Central manteve também relacionamento de intercâmbio de informações e participou de atividades e eventos promovidos por organismos e entidades internacionais com atuação em assuntos relacionados à supervisão de bancos, como o Banco Mundial, a Associação de Supervisores Bancários das Américas (Asba) e o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, do Banco de Compensações Internacionais (BIS).

No âmbito do Comitê de Basileia, o Banco Central deu prosseguimento a sua participação nas atividades do Core Principles Liaison Group. Esse grupo é formado pelas autoridades de supervisão dos países detentores dos maiores sistemas financeiros mundiais e tem como missão discutir recomendações sobre práticas de supervisão, as quais, uma vez aprovadas pelo Comitê de Basileia, passam a constituir referencial para as entidades supervisoras de bancos de todo o mundo.

### **Gestão de informações do Sistema Financeiro Nacional**

Foi concluída a especificação lógica do projeto Catálogo de Dados e Informações do Banco Central (Sicad), que permitirá o levantamento de todo o conjunto de dados e informações existentes no Banco Central, com o objetivo de conciliar as informações captadas e produzidas com vistas a sua racionalização e conseqüente redução dos custos para o fornecimento pelo sistema financeiro e a gestão das mesmas pelo Banco Central.

No final do ano iniciou-se a implantação do Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), que tem por objetivo a integração das diversas bases de informações cadastrais existentes no Banco Central.

O Unicad, que conta com aproximadamente 1.200 programas de computador, é composto pelas informações cadastrais das entidades supervisionadas pelo Banco Central, bem como de pessoas físicas vinculadas a essas entidades, além de informações sobre pessoas físicas e jurídicas diversas que de alguma forma têm relação com as entidades supervisionadas pelo Banco Central ou que estejam inseridas na sua área de atuação, tais como agências de turismo, empresas que operam no mercado de câmbio de taxas flutuantes, entre outros.

A implantação do Unicad constitui uma evolução no processo de gestão de informações cadastrais no Banco Central, passando a alimentação dos diversos cadastros até então existentes para as próprias instituições financeiras, por meio da internet.

### 4.3 Administração do Proagro e do Crédito Rural

#### Acompanhamento financeiro – Proagro

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), instituído pela Lei 5969/73 e regulamentado pelo Decreto 175/91, tem por objetivo desonerar o produtor rural do cumprimento de obrigações financeiras relativas a operações rurais de custeio quando da ocorrência de perdas das receitas esperadas, em consequência de fenômenos naturais – pragas e doenças que tenham atingido rebanhos e plantações – e indenizar recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrerem perdas.

Conforme divulgado nos “Relatórios Circunstanciados” disponíveis na página do Banco Central na internet, o Proagro acumulou, até 1996, déficit no montante aproximado de R\$780 milhões.

As mudanças efetivadas na regulamentação do programa, bem como a nova metodologia de administração, adotadas a partir de então, permitiram liquidar quase todo o passivo acumulado e eliminar os questionamentos, tanto na via administrativa quanto na esfera judicial.

Ao final de novembro, as obrigações a pagar do programa para com beneficiários eram de R\$30.607 mil, sendo R\$910 mil referentes às custas periciais e R\$29.697 mil às parcelas de cobertura. A quase totalidade desses valores não pôde ainda ser liquidada por compreender valores cujos encargos são calculados sob condições especiais definidas pelos regulamentos dos Fundos Constitucionais, entre outros, e que dessa forma têm a respectiva apuração condicionada a parâmetros ainda não disponibilizados ao Banco Central pelos agentes financeiros.

Com a utilização de recursos do programa e de repasses do Tesouro Nacional, 67.029 parcelas de cobertura foram pagas em 2002, perfazendo o valor total de R\$60.020 mil.

#### Ingressos e desembolsos – Proagro

Descrição	Em mil R\$			
	2001 1º sem.	2º sem.	2002 1º sem.	2º sem.*
Ingressos	40.451	39.284	106.761	194.588
Adicional	6.632	8.137	9.080	11.101
Rendim. Tit. Pub. Federal	80	64	260	3.298
Transf. Tesouro Nacional	26.810	24.389	69.272	75.000
Outras	6.929	6.694	28.123	105.189
Desembolsos	37.257	46.495	54.177	5.843
Precatórios	317	–	28	–
Proagro antigo	3.635	1.656	1.533	47
Proagro novo	33.074	44.702	52.452	5.796
Devolução de adicional	231	137	164	–

\* Posição em 29.11.02



## **Crédito Rural**

Anualmente, o Banco Central verifica o cumprimento da exigibilidade de aplicações no crédito rural por parte das instituições financeiras. Em 6 de setembro, foram recolhidos R\$13.593 mil a título de deficiência de aplicações e R\$1.228 mil de multas. O valor relativo às deficiências de aplicações ficará retido neste Banco Central até setembro de 2003, quando da próxima verificação. Os recolhimentos mencionados foram feitos por 40 instituições financeiras.

### **Atendimento a produtores rurais e instituições financeiras e exame de processos**

Ao longo do ano, foram expedidas 662 correspondências a respeito de consultas de produtores, parlamentares, instituições financeiras e outras autoridades relacionadas a coberturas do Proagro.

As atividades envolveram a análise de cerca de 430 processos de cobertura do Proagro, para verificação da validade das respectivas decisões e de processos com trâmite na esfera judicial ou para atendimento a solicitações específicas do poder judiciário, além de outros envolvendo decisões da Comissão Especial de Recursos (CER).

#### **4.4 Desestatização e saneamento do SFN**

##### **Privatizações – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – Proes**

O Banco Central do Brasil é o gestor do processo de desestatização de instituições financeiras incluídas no Programa Nacional de Desestatização (Lei 9.491/97), e também acompanha os processos de desestatização de instituições financeiras conduzidos pelos Estados.

Desde a criação do Proes, em 1996, seis bancos estaduais foram federalizados com vistas a sua privatização: Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA); Banco do Estado do Ceará S.A. (BEC); Banco do Estado de Goiás S.A. (BEG); Banco do Estado do Maranhão S.A. (BEM); Banco do Estado do Piauí S.A. (BEP) e Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (Besc).

Em 2002, foi concluído o processo de desestatização do BEG, vendido ao Banco Itaú em dezembro de 2001 por R\$665 milhões, e realizado o leilão do BEA, vendido ao Banco Bradesco por R\$182,91 milhões, em janeiro.

Os recursos obtidos com as alienações foram integralmente utilizados na amortização das dívidas dos Estados junto ao Tesouro Nacional, conforme a Lei 9.496/97 e da Medida Provisória 2.192/2001.

Atualmente há cinco instituições em processo de desestatização: em quatro deles o processo está sendo conduzido pela União (BEC, BEM, BEP e Besc) e um conduzido pelo Estado (Banco do Estado do Espírito Santo – Banestes).

Relativo ao processo de privatização do Banestes, o Banco Central tem feito acompanhamento e oferecido suporte técnico, repetindo atuação já realizada na bem-sucedida alienação do Banco do Estado da Paraíba S.A. (Paraiban).

Em 2002, vários procedimentos que compõem o rito de privatização foram realizados, com destaque para a conclusão da contratação dos auditores independentes e dos consultores responsáveis pelas avaliações econômico-financeiras dos bancos federalizados (Serviços A –

avaliação com base no balanço de partida – e Serviços B – avaliação, auditorias que dão consistência ao balanço de partida e modelagem e execução da venda); para a pré-qualificação de investidores; para a conclusão das avaliações, a divulgação de manuais referentes aos processos e para a publicação de editais de abertura de processo de desestatização e de venda.

O cumprimento desses procedimentos permite certificar que todos os bancos estão em estágio final de desestatização, com os Editais de Venda publicados e com seus leilões previstos para serem realizados nos próximos meses.

Além dos diversos processos de privatização, o Banco Central está supervisionando e oferecendo apoio técnico às tratativas para pagamento de parcela adicional ao preço de venda do Banespa em razão de pagamento de Multa da Receita Federal com desconto e que possibilitou a reversão da respectiva provisão, o que era previsto em obrigação especial pelo Edital de Venda.

Informações acerca dos processos de desestatização conduzidos pelo Banco Central, inclusive editais e manuais, estão disponíveis no sítio do Banco Central do Brasil na internet, opção Sistema Financeiro Nacional/Alienação de Bancos Federalizados.

Desde a instituição do Proes, em 1996, dez instituições financeiras foram privatizadas e outras dez foram liquidadas. Atualmente, desconsiderando-se as instituições que se encontram em processo de desestatização, apenas quatro estados e o Distrito Federal mantêm o controle de bancos públicos: Pará, Sergipe, São Paulo e Rio Grande do Sul.

### **Regimes especiais**

O Banco Central do Brasil é responsável pela decretação e supervisão dos regimes de intervenção e de liquidação extrajudicial de instituições financeiras (Lei 6.024/74) e de administração especial temporária (Decreto-Lei 2.321/87). A imposição desses regimes especiais objetiva excluir do mercado instituições sem condições de operar, de forma a preservar interesses de depositantes e de aplicadores e recuperar recursos públicos utilizados no saneamento do Sistema Financeiro Nacional.

Em 2002 foi decretada a liquidação extrajudicial de 25 instituições financeiras, sendo 1 banco, 1 distribuidora e 23 consórcios. No mesmo período, foram encerrados 13 regimes especiais, onze deles por decretação de falência, um por convocação em liquidação ordinária e outro em decorrência de decisão judicial. Até 31.12.2002, permaneciam em curso 125 processos de liquidação relativos a 29 bancos, 43 consórcios, 17 distribuidoras, 14 corretoras, 10 empresas não financeiras, 7 sociedades de arrendamento mercantil, 3 financeiras e 2 cooperativas de crédito.

Informações diversas sobre empresas submetidas a regime especial, inclusive dados relativos a decretações e ao encerramento do regime de liquidação extrajudicial de várias instituições financeiras, desde 1946 até hoje, podem ser encontrados no *site* do Banco Central do Brasil, opção Sistema Financeiro Nacional/Liquidação Extrajudicial, Intervenção e Raet.

### **Inquéritos**

Tão logo decretada a liquidação extrajudicial, o Banco Central instaura o competente inquérito para apontar as causas da quebra, indicar o montante dos prejuízos e identificar os administradores e membros do Conselho Fiscal integrantes das gestões nas quais foram constatados prejuízos. Nesse caso, o inquérito é remetido ao Ministério Público, para instauração de ação de responsabilidade contra os ex-administradores, que respondem com o patrimônio

pessoal pelo pagamento dos credores não satisfeitos com os recursos próprios da instituição liquidanda.

Em 2002 foram concluídos e encaminhados ao Judiciário 11 inquéritos, sendo 2 relativos a bancos, 6 a administradoras de consórcios, 2 de cooperativas de crédito e 1 referente a corretora. No período tivemos o arquivamento de 2 inquéritos, ambos instaurados em corretoras.

### **Recuperação de R\$5,4 bilhões de recursos públicos**

Até a data de levantamento deste relatório, a área de liquidações extrajudiciais recuperou créditos no montante de R\$5.467.795.353,76. Desse valor, R\$5.467.612.978,63 referem-se a créditos que o Banco Central detinha em instituições sob regime especial, oriundos de empréstimos de liquidez concedidos a instituições com dificuldades de caixa; financiamentos realizados ao amparo do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer); e saldos negativos na conta Reserva Bancária, enquanto R\$182.375,13 dizem respeito à recuperação de quantias adiantadas pelo Banco Central para custeio das liquidações.

Foram também recuperados créditos da Reserva Monetária – fundo instituído pela Lei 5.143/66, com recursos do Imposto sobre Operações Financeiras, e extinto pelas disposições do art. 192 da Constituição de 1988 –, no montante de R\$39.983.541,65, sendo R\$31.525.874,12 relativos ao reescalonamento de dívidas dos estados e dos municípios, efetuado na forma da Lei 8.727/96, e R\$8.457.667,53, a créditos originários de aplicações de recursos da Reserva Monetária no saneamento do mercado financeiro e de capitais, na forma do Decreto-Lei 1.342/74.

### **Reforma da legislação sobre liquidações**

Os estudos para elaboração de anteprojeto de reforma da Lei 6.024/74, que disciplina os regimes de intervenção, liquidação extrajudicial e administração especial temporária, prosseguiram em 2002, motivados, basicamente, pela necessidade de dotar os regimes especiais de mecanismos mais eficazes de solução, referentes a liquidação de ativos, pagamento de obrigações e modalidades de encerramento dos regimes.

A reforma da legislação de regimes especiais deverá assimilar as novas tendências no campo do direito falimentar no Brasil e no mundo. Buscará, na atual fase, críticas e sugestões de setores externos ao Banco Central, de representantes do mercado financeiro e da área jurídica, com vistas a subsidiar a elaboração de anteprojeto de lei, em fase final de redação. Os estudos vêm sendo financiados com recursos do PNUD/Banco Mundial, por intermédio do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil junto ao Sistema Financeiro Nacional (Proat).

A minuta de anteprojeto de lei encontra-se no Banco Central do Brasil para as considerações de sua Diretoria Colegiada e, posterior encaminhamento ao Ministério da Fazenda.

## **4.5 Dívida pública**

Cabe ao Senado Federal, por determinação constitucional, definir as condições e os limites para que os estados, o Distrito Federal e os municípios possam tomar empréstimos e financiamentos.

Em dezembro de 2001, em consonância com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Senado Federal transferiu do Banco Central para o Ministério da Fazenda a atribuição de analisar os pedidos de empréstimos e financiamentos desses entes subnacionais, que consistia em verificar o cumprimento dos limites e as condições para a realização de operações de crédito pelos estados, municípios e o Distrito Federal.

O Banco Central continua realizando, por delegação do Conselho Monetário Nacional, o controle da oferta de crédito ao setor público (contingenciamento do crédito ao setor público). Realiza, também, o acompanhamento do nível de endividamento dos estados, Distrito Federal e municípios perante o Sistema Financeiro Nacional, com a utilização do Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público (Cadip), no qual as instituições financeiras registram todas as operações realizadas com o setor público ou em que atuam como agente financeiro do Tesouro Nacional.

Além das atividades relacionadas ao gerenciamento do Cadip, o Banco Central analisa os dados fiscais oriundos desse sistema a fim de acompanhar a execução da política fiscal dos entes subnacionais, controla o cadastramento de pleitos de operações de crédito com o setor público (fila para novas operações de crédito), acompanha os saldos das operações de antecipação da receita orçamentária (ARO), realiza leilões de títulos públicos estaduais e municipais e leilões de operações de ARO, nas operações do mercado aberto.

## **5. Relacionamento com a sociedade e transparência**

## 5. Relacionamento com a sociedade e transparência

### 5.1 O aprimoramento das estatísticas

O Banco Central do Brasil vem envidando esforços para aprimorar continuamente as estatísticas produzidas pela instituição, por meio de substancial aumento da abrangência, maior seletividade e ampla diversificação das formas de disseminação das mesmas. O objetivo é fornecer informações que visem atender aos interesses de estudos econômico-financeiros, propiciando indicadores estatísticos vitais ao país, voltados à orientação e à tomada de decisões, contribuindo para o aprimoramento da política econômica, em especial da política monetária.

Nesse sentido foram desenvolvidos projetos de aperfeiçoamento e ampliação da base de dados estatísticos:

**Indicadores antecedentes** – Foram desenvolvidos modelos que permitem antecipar movimentos da tendência do nível de atividade econômica e do produto no Brasil com o uso de técnicas de séries temporais e de indicadores antecedentes. Os modelos servirão como suporte para análises de conjuntura econômica que permitam traçar perspectivas do comportamento da economia, com o objetivo de subsidiar decisões de política monetária;

**Reestruturação das séries de empréstimos do Sistema Financeiro** – Com objetivo de harmonizar e manter séries históricas de agregados de empréstimos, detalhadas por setor de atividade econômica, por tomador, por sistema financeiro público e privado cedente e por níveis de risco das operações, realizou-se aprimoramento e consolidação da base de dados necessária a estudos e avaliações da intermediação financeira;

**Reformulação das estatísticas dos meios de pagamento ampliados** – Foram adequados os conceitos e a metodologia às atuais tendências na área e às recomendações dos organismos internacionais, possibilitando melhor acompanhamento da liquidez da economia e tornando-as comparáveis aos agregados monetários de outros países;

**Revisão da metodologia de cálculo da taxa e *spread* de empréstimos bancários** – Desenvolveu-se nova metodologia, inserindo o conceito da curva de juros no custo de financiamento das instituições financeiras, a partir da reavaliação dos procedimentos da metodologia atual de cálculo da taxa ativa;

**Compilação trimestral da Posição de Investimento Internacional (PII)** – A compilação e a divulgação do balanço de pagamentos do Brasil foi adequada à quinta edição do Manual de Balanço de Pagamentos (BPM5), do Fundo Monetário Internacional (FMI), que introduz a PII como instrumento de análise de consistência dos fluxos financeiros externos do país. Esse projeto faz parte dos compromissos de adesão ao Padrão Especial de Disseminação de Dados (*Special Data Dissemination Standard – SDDS*) do FMI;

**Ampliação da série histórica da balança comercial** – O projeto teve como objetivo a consolidação da série histórica da balança comercial brasileira, por meio da ampliação do período e da frequência já disponíveis. Esse trabalho envolveu a compatibilização das estatísticas do Banco Central, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Secretaria da Receita Federal (SRF);

**Detalhamento das contas analíticas do sistema financeiro** – Maior detalhamento das contas do sistema financeiro, a partir da estrutura desenvolvida para o SDDS, que permite aprimorar o acompanhamento das operações de crédito e das emissões de instrumentos de liquidez. Esse formato viabiliza o acompanhamento do crédito em sentido amplo, que abrange intermediação financeira e financiamento de títulos, assim como explicita as fontes de variação dos diversos agregados monetários;

**Racionalização e ampliação das informações sobre crédito bancário** – A fim de possibilitar melhor acompanhamento da liquidez da economia e sua comparação com agregados monetários de outros países, buscou-se compatibilizar as informações da

Estatística Econômico-Financeira (Estfin) com as obtidas pela Nova Central de Risco de Crédito, tendo em vista que essa Central está em processo de reestruturação e ampliação das informações

## 5.2 Publicações periódicas

O Banco Central do Brasil tem entre seus objetivos estratégicos o aperfeiçoamento dos mecanismos de atendimento ao cidadão e de comunicação com a sociedade e a ampliação da transparência de estatísticas econômicas e financeiras geradas pela instituição. O Banco Central considera que a maior transparência, tanto da política monetária como dos dados da evolução econômica e financeira, é elemento crucial para o bom funcionamento da economia brasileira e para o fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

Nesse contexto, o Banco vem oferecendo ao público mais informações sobre o desempenho da economia brasileira e sobre as operações empreendidas pela instituição, por meio da ampliação de suas publicações, algumas já tradicionais, como o boletim mensal do Banco Central do Brasil, e da utilização cada vez mais intensa da internet.

O “Boletim do Banco Central do Brasil” é uma publicação mensal bilíngüe (português/inglês) que analisa o desempenho da economia nacional e internacional. Já o “Relatório Anual do Banco Central do Brasil” constitui publicação anual na qual a análise da economia brasileira e internacional é realizada tomando-se por base o ano. Ambos estão disponíveis na forma de brochura e na página da instituição na internet.

Assim como o Boletim e o Relatório Anual, as “Notas para a Imprensa” são importantes instrumentos de divulgação da evolução da situação macroeconômica e financeira do país, concentrando-se mais na oferta tempestiva das estatísticas geradas pelo BCB do que em sua análise. As “Notas para a Imprensa do Setor Externo, de Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro”, e a de Política Fiscal, são divulgadas mensalmente pelo Departamento Econômico (Depec), relacionando indicadores atualizados de cada área. A “Nota para a Imprensa do Mercado Aberto” é também divulgada mensalmente pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

Ressalta-se, ainda, a primeira publicação do “Relatório de Estabilidade Financeira”, em português e inglês, que passa a fazer parte das publicações do Banco Central do Brasil, com periodicidade semestral. A estabilidade do sistema financeiro de um país é um dos objetivos dos bancos centrais de economias desenvolvidas e de emergentes. Por essa razão, e pelos reflexos negativos que dificuldades do sistema financeiro produzem na evolução da economia, são constantemente realizados acompanhamentos e análises pelo setor privado e pelos próprios bancos centrais. O “Relatório de Estabilidade Financeira” oferece análises sobre o desempenho do sistema financeiro realizadas pelo Banco Central, sendo altamente recomendado tanto sob a ótica da transparência da autoridade monetária, como da convergência de expectativas dos agentes. Iniciativa semelhante já foi adotada em diversos países, como Reino Unido, França, Suécia, Dinamarca, Noruega e Bélgica.

O relatório anual sobre o Projeto de Juros e *Spread* Bancário transformou-se em publicação mais ampla – “Economia Bancária e Crédito” –, refletindo a diversidade dos estudos e pesquisas realizados em virtude do amplo espectro das preocupações do Banco Central nessa matéria.

Relevante no âmbito da transparência, a divulgação das atas das reuniões do Copom e do “Relatório de Inflação” promove maior compreensão das ações do Banco Central, bem como aumento da credibilidade e coordenação das expectativas. As atas têm

sido divulgadas uma semana após a decisão do Comitê, o que lhe confere tempestividade ímpar entre os Banco Centrais. O “Relatório de Inflação” é uma publicação trimestral que integra o regime de metas para a inflação. Tem por objetivo avaliar o desempenho do regime monetário e desenhar um cenário prospectivo sobre o comportamento dos preços, apresentando as condições das economias nacional e internacional que fundamentaram as decisões do Copom na condução da política monetária.

Com a conclusão da primeira pesquisa sobre Capitais Brasileiros no Exterior, cujo objetivo foi mapear os recursos de residentes fora das fronteiras nacionais, o país pode atender simultaneamente a dois sistemas internacionais de informações, coordenados pelo FMI. O primeiro, como resultado da contabilização do total de ativos e de passivos brasileiros no exterior, permitiu o cálculo da Posição de Investimento Internacional (PII), atendendo a um dos requisitos do SDDS, padrão internacional de divulgação de dados economicamente relevantes, voltado para países com inserção significativa nos mercados financeiros e de capitais internacionais. Atualmente, 51 países aderiram ao sistema. O segundo permitiu o atendimento da pesquisa sobre ativos de *portfolio* (CPIS), também coordenada pelo Fundo. Essa pesquisa envolve cerca de setenta países e resultará em um quadro do total de ativos possuídos pelos países participantes, desagregados por ações, títulos de curto e de longo prazos.

Além dessas iniciativas internacionais já praticamente consolidadas, o Banco Central do Brasil vem participando da formatação do banco de dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS). O Banco de Dados do BIS é um ambiente eletrônico de compartilhamento de séries macroeconômicas dos principais bancos centrais do mundo. Atualmente, 33 bancos centrais em todo o mundo, inclusive o Banco Central Europeu, integram aquele banco de dados. A cooperação estatística envolve a formatação das estatísticas segundo o padrão Gesmes/CB e, normalmente, a instalação de plataforma de telecomunicações para transmissão. Inicialmente, requer-se a transmissão de no mínimo sessenta séries macroeconômicas representativas. Todas as séries devem estar devidamente documentadas conforme o tipo de informação considerado necessário.

O Banco Central oferece, em sua página na internet, o Sistema de Séries Temporais, com o objetivo de prover acesso fácil e ágil a um conjunto de informações estatísticas, econômico-financeiras, próprias ou de terceiros, em especial as relativas ao país, a empresários, consultores, especialistas e pesquisadores em geral.

O Sistema foi lançado e implantado gradualmente, a partir de 2001, no formato de projeto vinculado ao programa de transparência do Banco Central. Seu desenvolvimento vem se dando em diferentes ritmos, contextos e estágios, porém a sua idéia e propósitos podem ser comprovados, consistindo atualmente em mais de 8.300 séries de dados disponibilizados, agrupadas em nove módulos, podendo ser consultadas por assunto, por código, por fonte, por séries interrompidas ou por combinação de itens, com a opção de escolha da periodicidade da série, em português e inglês.

Além do Sistema de Séries Temporais, o Banco Central do Brasil passou a disponibilizar em meio eletrônico, a partir de 2002, a publicação "Indicadores Econômicos". Desde então, os indicadores passaram a ser consultados de maneira direta e instantânea, atendendo com presteza e agilidade às demandas, liberando os funcionários anteriormente ocupados em respondê-las.

Destaquem-se também as atividades desenvolvidas pelo grupo de relacionamento com investidores, aperfeiçoadas e intensificadas a cada ano, que se constituem essencialmente em elevar o grau de transparência e de eficácia da comunicação do Banco Central com segmentos específicos do mercado financeiro e acadêmico.



## **5.3 Estudos e pesquisas**

### **Notas Técnicas**

O Banco Central também disponibiliza ao público a série "Notas Técnicas do Banco Central do Brasil", iniciada em 2001, resultado de pesquisas e projetos realizados por seu corpo técnico ou por especialistas que tenham recebido apoio institucional do Banco Central. As Notas estão sendo publicadas em versão impressa e em meio eletrônico, disponíveis na página do Banco Central na internet. Até dezembro de 2002, foram publicadas 32 notas técnicas, que abordam vários aspectos das áreas financeira e econômica brasileiras e metodologias de compilação de indicadores financeiros.

### **Trabalhos para Discussão**

A série "Trabalhos para Discussão", iniciada em 2000, tem apresentando níveis crescentes de qualidade, constituindo-se em importante referência para estudiosos das áreas de economia monetária, macroeconomia e finanças. Em 2002 (até 22/11/02), foram publicados 2.026 trabalhos, atingindo o número 61 da série. Do mesmo modo que em outros bancos centrais, a série "Trabalhos para Discussão" do Banco Central do Brasil tem por objetivo fazer a divulgação internacional de trabalhos técnicos e científicos de funcionários dessa instituição em todas as suas áreas de atuação, bem como de pessoas de outras instituições, desde que o trabalho tenha recebido apoio institucional do Banco Central. Esses estudos permitem avançar o conhecimento em áreas relevantes para o Banco Central, servem como fonte de consulta e possibilitam o compartilhamento de idéias.

Os trabalhos publicados em 2002 abordaram diferentes áreas de interesse, envolvendo temas como metas para inflação, política monetária, mercados financeiros, economia internacional, produtividade industrial e sistema financeiro.

Apesar do apoio institucional, as idéias e as informações contidas nesses trabalhos são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Esses artigos são divulgados em versão impressa e em meio eletrônico na página do Banco Central na internet.

## **5.4 Eventos**

### **5.4.1 Seminários externos**

Dada a relevância da transparência no esforço para a construção da credibilidade de uma instituição como o Banco Central do Brasil, e tendo em vista a importância de manter a sociedade informada sobre as políticas macroeconômicas e sobre as regras de administração da inflação, foram promovidos eventos nos quais foram apresentados, debatidos e divulgados trabalhos relativos aos aspectos mais atuais da economia monetária, do sistema financeiro, de macroeconomia e de economia internacional.

O seminário Três Anos de Metas para a Inflação, realizado em maio, contou com cerca de duzentos participantes, incluindo professores dos principais centros de pós-graduação, economistas de organismos internacionais, representante de outros bancos centrais, economistas das principais instituições do mercado, autoridades governamentais, comentaristas econômicos e jornalistas de um modo geral. Na ocasião, foram apresentados estudos sobre a experiência da

implementação do regime de metas para a inflação no Brasil no último triênio, o desenvolvimento recente desse regime monetário no mundo, projeções de inflação e modelos macroeconômicos, além das perspectivas de evolução do regime nos próximos anos. Na oportunidade, foi promovido o lançamento do livro “Metas para a Inflação: uma Coletânea de Trabalhos para Discussão”.

O Seminário de Estabilidade Financeira, realizado em novembro, contou com igual número de participantes, dessa vez ligados principalmente às instituições financeiras – jornalistas econômicos, autoridades governamentais e representantes da área acadêmica –, objetivando a apresentação e a discussão do “Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central”, lançado durante o evento, bem como de estudos sobre ligações entre a macroeconomia e a estabilidade financeira, incluindo ainda as recentes metodologias e políticas de administração de risco bancário, risco de carteira e estabilidade bancária.

O Seminário Internacional sobre Sistemas de Pagamentos, realizado em dezembro no Brasil pela primeira vez e pela segunda vez nas Américas, teve como principal enfoque o compartilhamento entre os bancos centrais do continente de suas experiências no assunto e na adoção das melhores práticas internacionais em sistemas de pagamentos recomendadas pelo Comitê de Sistema de Pagamentos (CPSS), secretariado pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS). Patrocinado pelo Banco Central do Brasil, pelo CPSS/BIS e pelo Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos (Cemla), o Seminário contou com cerca de 100 participantes, sendo 35 de bancos centrais da América Latina e do Caribe, além de representantes de diversos organismos internacionais.

Em junho, foi realizado o Seminário Internacional sobre o Aperfeiçoamento do Mercado de Títulos Públicos, como parte do projeto de desenvolvimento do mercado doméstico de títulos federais. O seminário contou com apoio do Banco Mundial e com representantes dos bancos centrais de Israel e da Itália, países cuja experiência no aperfeiçoamento de seus mercados de títulos públicos permite vislumbrar as potencialidades e os desafios do processo no nosso país. O seminário contou ainda com a presença de representantes do mercado.

#### **5.4.2 Seminários e *workshops* internos**

Promover a atualização dos conhecimentos entre seus servidores e divulgar os resultados dos trabalhos de seus pesquisadores é responsabilidade do Banco Central, e requer discussões entre os especialistas nacionais e internacionais e o seu corpo de analistas, principalmente na forma de seminários e *workshops*.

Nesse sentido, foram promovidos cerca de vinte seminários com apresentações dos mais renomados pesquisadores do mundo acadêmico, dos especialistas de instituições internacionais multilaterais, e dos bancos centrais de diversos países, cujas pesquisas econômicas estão intimamente relacionadas com as desenvolvidas pelo Banco Central. Os resultados dos trabalhos de pesquisa gerados internamente foram divulgados através da realização de onze *workshops*, além das publicações e participações em eventos externos. A importância desses *workshops* ficou evidente com a ativa discussão entre os participantes, que dá a oportunidade de aprimoramento dos trabalhos de pesquisa.

## **5.5 Relacionamento com outros órgãos e poderes da União**

### **Relacionamento com o Congresso Nacional**

A realização das eleições para presidente e vice-presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais marcou 2002.

Não obstante isso, o relacionamento entre o Banco Central e o Congresso Nacional continuou ainda mais estreito, consolidando cada vez mais o processo de assessoramento e de cooperação mútua. Foram realizadas nove audiências públicas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com a participação do presidente, de diretores e de chefes de unidade do Banco, onde foram debatidas questões como: Código de Defesa do Consumidor e Código do Cliente Bancário; Sistema de Pagamentos Brasileiro; e medidas econômicas implementadas pelo Banco Central e seus impactos na estabilidade da economia nacional.

Dentre as 140 audiências públicas concedidas ao longo do ano, destacam-se aquelas em que o presidente do Banco Central, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentou, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados em seus balanços.

As demandas recebidas de parlamentares, nos níveis federal, estadual e municipal, tiveram ênfase na questão da privatização dos bancos estaduais, nas informações referentes a instituições submetidas ao regime de intervenção ou de liquidação extrajudicial e nas denúncias contra possíveis irregularidades cometidas por instituições financeiras. Também foram solicitadas diversas informações acerca de operações de câmbio, taxas de juros, intervenções no mercado e outros dados relativos à condução das políticas atribuídas ao Banco Central.

### **Relacionamento com o Poder Judiciário**

A Procuradoria-Geral do Banco Central, pelos seus componentes centralizados e descentralizados, exerceu a representação judicial da instituição junto às diversas instâncias do Poder Judiciário, efetivando os atos processuais compatíveis com a preservação dos interesses da Autarquia, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, a apuração da liquidez e certeza dos créditos do Banco e a assistência aos administradores no controle da legalidade.

Durante o ano, foram iniciadas 3.695 ações judiciais, tanto de autoria do Banco quanto de iniciativa de terceiros. Foram encerradas 3.721 causas e promovido o andamento de 56.304 lides pendentes do ano anterior, destacando-se 1.479 execuções fiscais. Ainda no exercício da representação judicial, foram realizadas 308 audiências e formuladas 19.911 petições ao Poder Judiciário.

Na prestação de assessoramento jurídico, que é extensivo a outras instâncias governamentais, foram elaborados 3.439 pareceres jurídicos, em resposta a consultas formuladas no âmbito interno do Banco, e analisados 25 projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo.

Foram disponibilizados para pesquisa na página do Banco Central na internet os quadros estatísticos referentes a comunicações de crimes financeiros ao Ministério Público, registrando os tipos de delitos mais praticados no mercado financeiro, o quantitativo de ofícios e

o resultado dessas comunicações legais encaminhadas, desde 1965, às Procuradorias da República e de Justiça nos Estados. Em 2002, foram expedidos e encaminhados 339 ofícios ao Ministério Público comunicando infrações praticadas no mercado financeiro.

Em face da necessidade de implementar tratamento uniforme na avaliação do risco das contingências judiciais, foram identificadas e verificadas 781 ações propostas contra o Banco Central do Brasil com decisões transitadas em julgado, cujos valores, após análise da repercussão financeira e de conferência de cálculos, foram registrados para provisão no balanço patrimonial do Banco a título de contingenciamento, no montante de R\$152.749.676,44.

## **5.6 Prioridade para o cidadão**

### **Centrais de Atendimento ao Público**

Até outubro, as dez Centrais de Atendimento ao Público do Banco Central já haviam realizado 559 mil atendimentos, dos quais 535 mil referiram-se a pedidos de informação e 24 mil a denúncias ou reclamações. O objetivo das Centrais é assegurar ao cidadão que entre em contato com o Banco Central a solução do seu problema, de maneira tempestiva e cordial, ou o acesso à informação adequada, pelo meio que melhor lhe convier e no menor tempo possível.

As informações solicitadas são atinentes ao Sistema Financeiro Nacional e as estatísticas sobre o assunto podem ser utilizadas pelo Banco Central para orientar decisões nas iniciativas voltadas para a educação financeira da população.

No atendimento a uma reclamação, quando o fato descrito não apresenta indícios de descumprimento de normativo por parte da instituição reclamada, as Centrais fornecem as explicações e as orientações necessárias ao cidadão. As reclamações são o retorno da sociedade sobre a necessidade de criação ou de alteração de normativos e podem ser consideradas pela área de normas em suas deliberações.

Quando as denúncias envolvem situações em que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central estão agindo em desacordo com os normativos, as Centrais apuram e acionam essas instituições para que adotem medidas a fim de resolver o caso específico, para corrigir casos semelhantes e para prevenir reincidências. As estatísticas sobre as denúncias são utilizadas pela área de fiscalização por ocasião dos trabalhos de inspeção nas instituições.

Além dos relatórios e estatísticas solicitados pelas áreas de fiscalização e de normas, semanalmente é enviado para a Diretoria Colegiada do Banco Central relatório contendo os fatos mais relevantes da semana anterior e que requeiram alguma providência da parte dos Diretores.

A partir de abril passou a ser divulgado, mensalmente, o *ranking* das instituições mais reclamadas. A expectativa do Banco Central com essa divulgação é levar as instituições a oferecer um serviço de melhor qualidade para o cidadão. O resultado do *Ranking* já começa a aparecer em várias instituições, com a criação, ampliação ou reestruturação de serviços de atendimento ao cliente, objetivando melhorar a qualidade dos serviços prestados ao usuário de serviços financeiros.

Com o Sistema de Atendimento ao Público do Banco Central, o usuário tem maior apoio para exigir mais esclarecimentos, melhores serviços e, acima de tudo, ser informado de seus direitos e alertado acerca de suas obrigações e dos riscos presentes nas operações que realiza.

## **Internet**

### ***Mais transparência às informações produzidas no Banco Central e às informações publicadas na internet***

A internet foi utilizada em 2002 como importante instrumento da política de transparência de suas ações, seguida pelo Banco Central do Brasil. Foi ampliado o leque de informações disponíveis para o público, facilitando o acesso a um número ainda maior de indicadores, relatórios e documentos produzidos internamente. Todas as publicações impressas têm versão eletrônica no sítio. Cada vez mais serviços vêm sendo oferecidos, como o *ranking* de instituições financeiras mais reclamadas, na página do atendimento ao público, um serviço para o cidadão; ou as Séries Temporais, um serviço muito utilizado por acadêmicos e economistas; ou ainda o BC Jovem, com informações sobre economia e numismática, voltadas ao público jovem. Vários subsistemas entraram em operação em 2002, tais como o Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), a Central de Risco de Crédito, o Manual da Supervisão e o SPB. Ao final do ano o sítio contava com mais de 26.000 páginas e documentos eletrônicos, que registraram mais de 5.900.000 acessos.

O Banco Central contratou, ainda, uma consultoria especializada em usabilidade para avaliar seu *site* e propor mudanças que venham a tornar mais visíveis as informações e os serviços que o Banco oferece na internet. O trabalho de consultoria terminou em dezembro, quando a empresa entregou seu último relatório com recomendações de alterações, a serem implementadas em 2003.

### ***Pesquisa institucional***

A página do Banco Central do Brasil na internet tem servido, ainda, como instrumento de interação da instituição com a população. Exemplo disso foi a realização de enquete, com o objetivo de conhecer a preferência da população, previamente à definição do modelo adotado para as moedas comemorativas do centenário de nascimento do presidente Juscelino Kubitschek, em ouro e prata.

## **Campanhas institucionais**

Destacaram-se, ao longo do ano, as seguintes campanhas:

– Divulgação das alterações no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) para esclarecer a população sobre as alterações trazidas com o novo sistema, que tem por objetivo aumentar a eficiência e a confiabilidade da liquidação das operações realizadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. A campanha contou com anúncios para TV e rádio, além da distribuição de folderes explicativos.

– Sobre a nova cédula de 20 reais que, por ser de valor intermediário, foi lançada com o intuito de facilitar o troco. A nova cédula trouxe em sua estampa a figura do mico-leão-dourado, nativo da Mata Atlântica. Sua escolha como tema da cédula de 20 foi feita por meio de consulta popular realizada nas capitais onde o Banco Central tem representação. Na campanha foram destacados, também, os aspectos de segurança dessa nova cédula, adotados a fim de evitar falsificações.

## **Comunicação educativa**

Em Brasília e nas diversas representações regionais do Banco Central ocorrem, regularmente, atividades direcionadas à educação financeira da população.

Temas como Funções do Banco Central do Brasil; Prevenção e Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros; Comércio Exterior/Processamento Cambial; Assessoria de Imprensa no BC; Política Monetária; Lei do Cheque, Resolução 2878 e suas implicações no SFN; e Sistema de Pagamentos Brasileiro foram objeto de palestras dirigidas a estudantes universitários, professores e dirigentes de universidades, dentro do programa BC e Universidade, realizadas tanto nas dependências do Banco Central como fora delas. Além disso, realizaram-se visitas ao Museu de Valores e à mesa de operações do Departamento de Operações de Reservas Internacionais, em Brasília.

No âmbito do projeto BC e a Escola, destinado aos alunos do Ensino Fundamental, são programadas visitas às instalações do Banco, especialmente aos serviços do Meio Circulante e ao Museu de Valores, com a exibição de vídeos e a realização de palestras sobre a história do dinheiro, segurança da moeda, características do Real e outros assuntos relativos às atividades próprias de um Banco Central.

### **Museu de Valores e espaços culturais**

O Museu de Valores do Banco Central em Brasília recebeu mais de 14 mil visitas, a maior parte delas de estudantes de primeiro e segundo graus (63%). As demais dividiram-se entre locais (16%), de outros estados (19%) e de outros países (2%).

Foram inauguradas as salas Emissões do Museu de Valores nos Edifícios-Sede de Belo Horizonte, Recife e Fortaleza, cujo acervo é composto pelas cédulas e moedas metálicas emitidas desde a criação do Banco Central, em 1964, para circulação normal, e pelas moedas comemorativas lançadas no mesmo período.

Em Brasília, foi inaugurada a Sala Ouro e realizado o II Congresso Luso-Brasileiro de Numismática, com participantes do Brasil, Portugal, Espanha e França, ocasião em que foi distribuída a premiação do concurso de redação O Jovem Numismata, de âmbito nacional, tendo como participantes alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas.

A mostra 500 Anos do Dinheiro no Brasil foi realizada em diversas bibliotecas municipais e escolas estaduais e municipais do estados do Paraná e de Santa Catarina, com a distribuição das cartilhas respectivas, de mesmo nome.

O Espaço Cultural de Brasília realizou a mostra Teatro de Bonecos Giramundo, em agosto, a exposição 100 Anos de JK, em outubro, e a Coletiva de Funcionários, em novembro.

Em Belo Horizonte, houve a Mostra de Poesias 100 Anos de Drummond, em homenagem ao poeta Carlos Drummond de Andrade.

## **6. Administração do meio circulante**

## **6. Administração do meio circulante**

As seguintes ações marcaram a administração do meio circulante em 2002:

### ***Cédula de 20 reais***

A cédula de 20 reais, cujo tema é o mico-leão-dourado, foi lançada em 27 de junho, trazendo como principal novidade a inclusão de novos elementos de segurança, tais como a faixa holográfica e a marca d'água, que contém a imagem do mico-leão-dourado e o número 20. Foram produzidas 200 milhões dessas cédulas. O lançamento, que vem ao encontro de antiga reivindicação da rede bancária, amplia o leque de combinações para fins de troco, contribuindo para a racionalização dos quantitativos de cédulas em circulação.

### ***Regularização da oferta de moedas metálicas***

Após redução drástica no fornecimento de moedas metálicas à rede bancária, em face de restrições orçamentárias no período de 1999-2000, foram fabricadas 840 milhões de unidades, representando um incremento de 20% em relação a 2001.

### ***Ajuste nas moedas de 50 centavos e 1 real***

O ajuste nas moedas de 50 centavos e 1 real, cujas novas versões passaram a entrar em circulação a partir de 24 de junho, possibilitou significativa redução do dispêndio público, motivada pela utilização de material de menor custo – aço inoxidável – ao invés da liga cupro-níquel, estas com preços ascendentes no mercado internacional. Foram produzidas 164 milhões de moedas de 50 centavos e 101 milhões de R\$1.

### ***Projeto Demanda Real***

O Banco Central vem ampliando os canais de comunicação com a sociedade com vistas a identificar eventuais gargalos na distribuição de cédulas e moedas que possam dificultar o troco. Como resultado, o Banco realizou encontros com associações comerciais e representantes da rede bancária, além de diversas remessas extraordinárias para prover troco a algumas cidades que normalmente não são atendidas diretamente pelo Banco.

### ***Divulgação dos elementos de segurança da atual família do Real***

Em continuação à campanha intitulada Ação Permanente de Divulgação dos Elementos de Segurança das Cédulas do Real, voltada para o público em geral, foram realizadas 439 palestras/cursos e 66 exposições itinerantes, alcançando cerca de 157 mil pessoas. Esses eventos educativos e o aperfeiçoamento das características do dinheiro nacional, têm se constituído na estratégia mais eficaz para inibir a difusão de dinheiro falso.

Mesmo assim, em 2002 ainda foram detectadas falsificações no valor de R\$9,6 milhões, o que representa uma evolução de apenas 0,7% em relação ao ano anterior.



### ***Análise da função meio circulante***

Concluídos os trabalhos da consultoria especializada contratada para apresentar um conjunto de recomendações claras e viáveis, à luz das peculiaridades do país, para subsidiar o grupo-tarefa constituído para propor novo modelo para o meio circulante. As recomendações serão objeto de decisão em 2003.

### ***Programa de moedas comemorativas***

No intuito de difundir a história e a cultura nacionais, o Banco deu continuação ao programa de lançamento de moedas comemorativas. Em 2002, foram lançadas moedas alusivas aos centenários de nascimento de Juscelino Kubitschek de Oliveira e de Carlos Drummond de Andrade, e à conquista do pentacampeonato mundial de futebol pelo Brasil.

### ***Controle informatizado da custódia de numerário***

Com a implantação do Sistema de Pagamentos Brasileiro criou-se oportunidade para implantação do controle *on line* das operações de atendimento bancário realizadas pelo custodiante, viabilizando o monitoramento – com detalhamento por valor de cédula – dos saldos à ordem do Banco Central, assim como das operações de saque e de depósito de numerário realizadas pelos bancos na custódia.

Esse controle informatizado da custódia tem-se revelado ferramenta fundamental para o avanço na busca de maior eficiência na gestão do meio circulante nacional, trazendo informação objetiva sobre o fluxo de numerário físico em todo o território brasileiro.

### ***Teste com a cédula de polímero***

Continua em andamento o teste de circulação com a cédula de polímero, iniciado em abril de 2000. Observa-se que os exemplares que retornam de circulação apresentam pouca deterioração, como comprovado pelo índice médio de aproveitamento de 98% no processamento automatizado. Portanto, o teste tem proporcionado economias para o Banco Central e, conseqüentemente, para a sociedade, em razão da durabilidade até aqui observada. Não obstante, além da economicidade, outras variáveis serão consideradas, como, por exemplo, a opinião do público e dos profissionais que realizam pagamentos e recebimentos com numerário. A avaliação final está prevista para 2004.

## **7. Infra-estrutura corporativa**

## 7. Infra-estrutura corporativa

### 7.1 Comunicação interna – TV corporativa e jornalismo interno

A TV Bacen realiza programas ao vivo, com transmissão via intranet para todas as estações de trabalho do BC, em Brasília e nas unidades descentralizadas, e produz vídeos didáticos e reportagens jornalísticas. Dessa forma, promove o treinamento e a capacitação dos servidores, há mais de cinco anos.

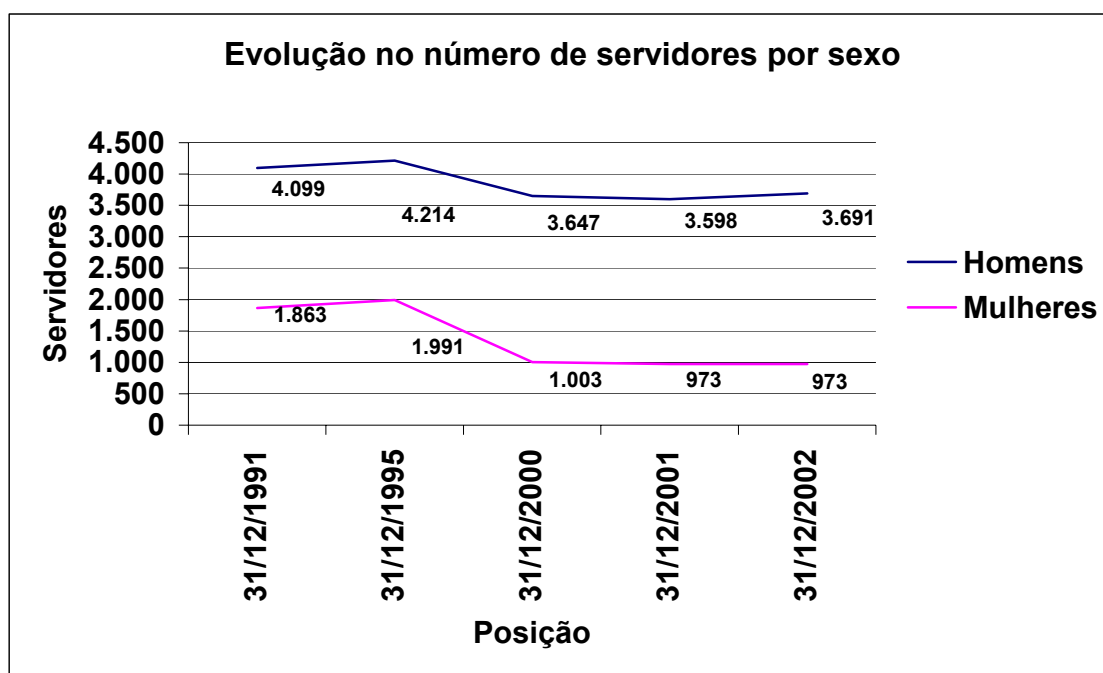
Criado para divulgar, em várias edições diárias, notícias com conteúdo institucional, e para atingir toda a população do BC por meio das estações de trabalho de cada servidor, o Informativo de Comunicação Social, foi editado, até 2/12 deste ano, 253 vezes.

Com periodicidade semanal, o componente de jornalismo do Banco Central produz o jornal Linha Direta, que mantém o corpo funcional informado por meio de notícias tratadas com maior aprofundamento. O jornal é distribuído em meio eletrônico e também por via impressa, com tiragem de mil exemplares por semana..

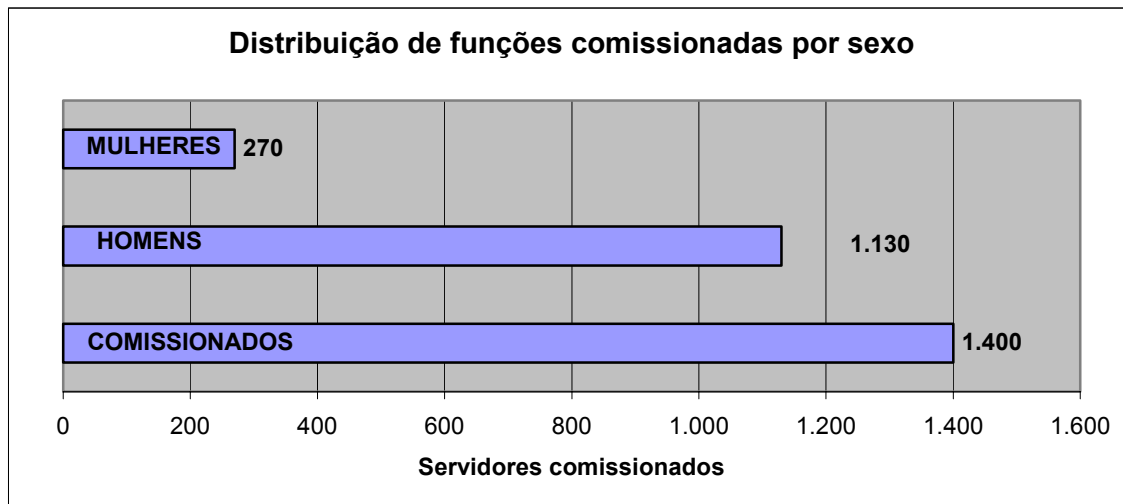
### 7.2 Gestão de pessoas

#### Perfil dos servidores

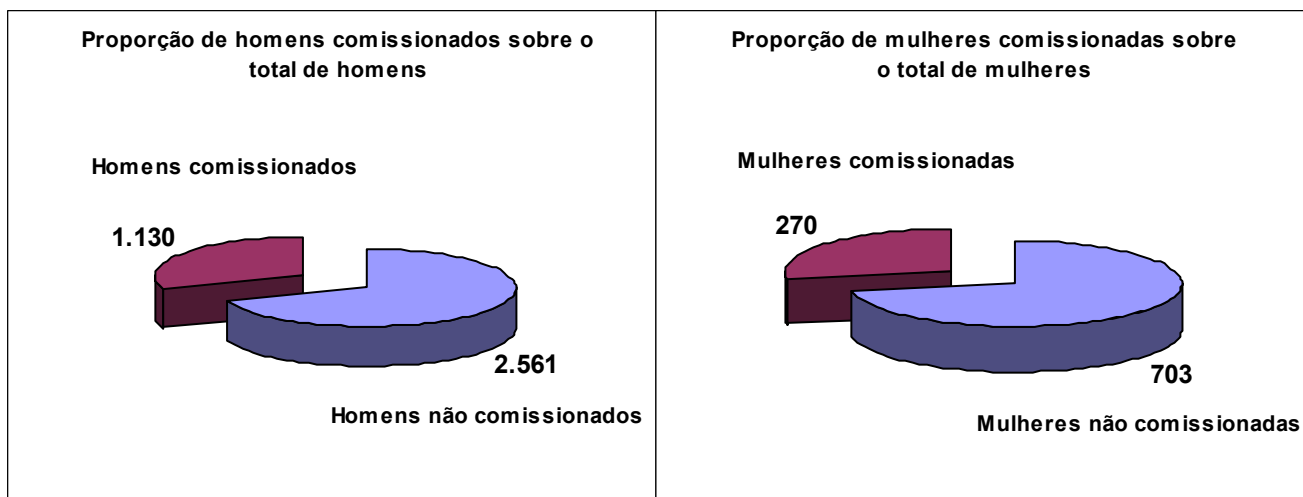
O quadro de servidores era composto por 4.664 pessoas (além de estagiários e terceirizados), tendo havido um acréscimo de 93 servidores em relação a 31 de dezembro de 2001. Do total de servidores, 79,14% eram homens e 20,86 % mulheres.



Das 1.400 funções comissionadas preenchidas, 80,71% desse total eram ocupadas por homens e 19,29 % por mulheres.



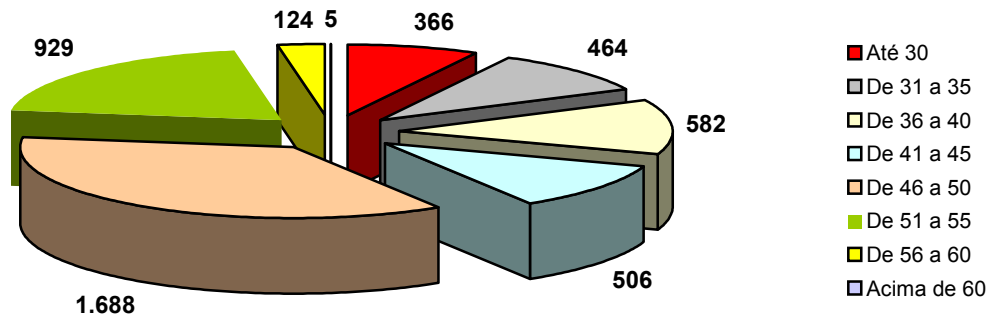
A proporção de comissionados, por sexo, era de 30,61% para os homens e de 27,25% para as mulheres.



59,52% dos servidores se encontravam na faixa dos 36-50 anos e 17,80% na faixa dos 26-35 anos.

## Distribuição do quadro funcional por idade

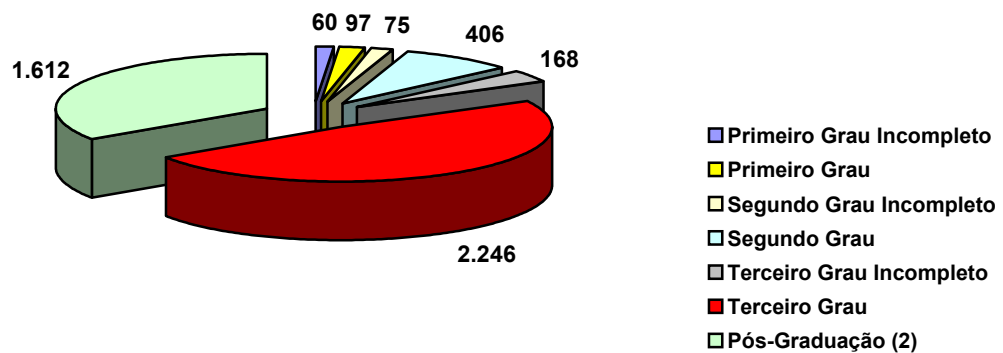
Distribuição por faixa etária



82,72% dos servidores detinham pelo menos curso superior completo sendo que 34,56% apresentavam grau de instrução acima de superior.

## Distribuição do quadro funcional por grau de instrução

Distribuição por grau de instrução



## Recrutamento e seleção

Em dezembro, foi realizado concurso público de âmbito nacional para o provimento de 22 vagas para o cargo de procurador e de 252 vagas para o cargo de analista do Banco Central do Brasil, assim distribuídas:

Cargo: Procurador		Cargo: Analista		
PRAÇA	Nº DE VAGAS	ÁREA	PRAÇA	Nº DE VAGAS
Brasília	15	Supervisão	Brasília	46
Porto Alegre	1		São Paulo	118
Rio de Janeiro	3	Política Econômica e Monetária	Brasília	25
São Paulo	3	Geral	Brasília	29
			São Paulo	34

Anteriormente à definição do número de vagas para esses cargos, em setembro foi aberto processo de mobilidade interna com a finalidade de ajustar a demanda dos servidores por mobilidade entre praças aos interesses da Organização, o que resultou em 252 solicitações de remoção, sendo que 94 servidores tiveram atendidos os seus pedidos (57 entre praças e 37 entre unidades da mesma praça).

Como em processos anteriores, para a localização dos novos servidores será utilizada metodologia baseada na Gestão do Conhecimento, que emprega ferramentas informatizadas de levantamento de perfil, tanto comportamental (características pessoais, atitudes, postura) quanto de caráter mais objetivo (conhecimentos, formação acadêmica, habilidades, experiências) dos servidores e dos postos de trabalho que virão a ser ocupados.

O ingresso dos novos servidores aos quadros do Banco deverá ocorrer no primeiro semestre de 2003.

## Desenvolvimento organizacional – Projetos

### *Implantação de estrutura de consultoria interna em gestão de pessoas*

Definição – Essa estrutura funcionará de forma matricial, com um consultor de gestão de pessoas exclusivamente dedicado em cada área de atuação do Banco, e uma área central multidisciplinar que constituirá equipes de projetos de soluções para as demandas trazidas pelos consultores. Os consultores trabalharão alinhados às diretrizes constantes do Planejamento Estratégico do Banco e terão como atribuição a prestação de serviços em gestão de pessoas. Sua atuação terá como foco a efetividade das áreas clientes, levantando as necessidades dessas áreas e criando soluções customizadas em conjunto com a equipe de projetos do RH central.

Estágio atual – Funcionando experimentalmente com a Diretoria de Fiscalização.

### *Implantação do modelo de gestão de competências*

Definição – Esse modelo de gestão de pessoas define as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) requeridas dos servidores para que a organização cumpra sua missão, e identifica as competências detidas pelos servidores. Com essas informações correlacionadas, a função de gestão de pessoas do Banco passa a ter uma base lógica para tomada de decisão no que diz respeito a seus processos centrais. O posicionamento dos servidores passa a ser decidido com base nas competências requeridas pelos postos de trabalho e

detidas pelos servidores; o desenvolvimento baseia-se nas lacunas de competências entre o servidor e os postos de trabalho ocupados e potenciais do mesmo; a compensação dos servidores passa a considerar a real contribuição do mesmo na consecução da missão organizacional.

Estágio atual – Projeto iniciado, estando conceitualmente definido e experimentalmente em aplicação na área de gestão de pessoas.

### ***Implantação do programa de desenvolvimento gerencial***

Definição – Conhecendo-se as competências necessárias para se ocuparem postos de trabalho gerenciais, e as detidas por seus ocupantes atuais e potenciais sucessores, o Banco Central poderá identificar as lacunas de competências gerenciais. O programa de desenvolvimento gerencial visa, por meio de eventos de educação corporativa e desenvolvimento pessoal, diminuir as lacunas de competências existentes e promover o desenvolvimento de potenciais sucessores, inclusive com a transmissão do conhecimento tácito dos atuais gerentes para os potenciais.

Estágio atual – Projeto em elaboração. Em fase de negociação com o Proat para a obtenção dos recursos necessários.

### ***Implantação de ouvidoria dos serviços em gestão de pessoas***

Definição – Esse projeto visa à implementação de uma instância de auditoria da prestação de serviço da gestão de pessoas no Banco, com foco no cliente (servidores e áreas de negócio), além de melhorar as ações de pesquisa periódica de clima organizacional, do programa formal de dúvidas, críticas e sugestões, de comunicação interna etc.

Estágio atual – Projeto implantado no que diz respeito ao programa formal de dúvidas, críticas e sugestões. Cogitada a sua ampliação, conforme descrito.

### ***Revisão do modelo de carreira, gestão do desempenho, remuneração e reconhecimento***

Definição – Esse projeto visa rever o atual conceito de carreira no Banco, gerando um novo modelo de gestão do desempenho e remuneração, baseados, respectivamente, na efetiva contribuição dos mesmos para o cumprimento da missão institucional, e na complexidade, responsabilidade e nível das competências exigidos dos servidores. O projeto gerará, ainda, um modelo de ascensão e mobilidade na carreira baseado na vocação e nas competências dos servidores e, ainda, em trilhas de aprendizagem. Pretende-se, também, desenvolver programa de reconhecimento e premiação por excelência em trabalhos realizados, e flexibilizar a organização do trabalho de modo a conceder mais espaço para criação de conhecimentos, por parte dos servidores, independentemente do nível hierárquico em que estejam posicionados.

Estágio atual – Em fase de elaboração, tendo em vista que projeto anterior, focado no conceito de emprego público, acabou arquivado.

### ***Revisão da função organização (estrutura organizacional)***

Definição – Esse projeto visa a reformular a função organização no Banco. O departamento responsável pela gestão de recursos humanos e organização, por meio de sua área de soluções e de seus consultores internos, deve assumir o papel de órgão de consultoria para os demais departamentos, ajudando-os a definir a estrutura (desenho, quantitativo de servidores e quantitativo de funções comissionadas) mais adequada para as atividades que devem ser exercidas. Esse departamento deve funcionar como um órgão consultivo da Diretoria Colegiada, fornecendo subsídios relacionados ao planejamento estratégico da organização, aos custos de implantação da estrutura e aos recursos disponíveis.

Estágio atual – Projeto em fase de elaboração.

### ***Criação de um sistema de avaliação da eficiência e da efetividade das práticas e políticas de gestão de pessoas***

Definição – Visa criar um sistema de indicadores que promova a medição do desempenho e dos resultados das atividades de RH.

### **Desenvolvimento profissional**

#### ***Turmas fechadas e abertas***

Em 2002, foram implementados 3.566 eventos de treinamento, com duração média de 20 h/a, nas áreas de Comunicação, Direito, Economia, Administração, Finanças, Estatística, Matemática, Informática e Gestão.

#### ***Curso de formação à distância para a concessão de GQ – Gratificação de Qualificação***

Foram atendidos cinquenta servidores na primeira experiência com evento à distância, via internet. O curso foi viabilizado em parceria com a Esaf, que disponibilizou o sistema de gerenciamento daquela instituição. Neste curso foi testado o sistema de aula ao vivo (*web aula*).

#### ***Formação no Ensino Médio – Meta do governo***

O Programa de Incentivo à Formação no Ensino Médio, que tem por finalidade dar ao servidor a oportunidade de concluir o Ensino Médio, atendeu a 36 servidores em 2002.

#### ***Ensino de idiomas***

Um novo sistema de convênios com escolas permitiu a continuação do Programa de Incentivo a Idiomas, sem custos financeiros para o Banco, que atendeu aproximadamente a cinquenta servidores. Esse programa atendeu, também, a cerca de 240 servidores em turmas fechadas com facilitadores internos.

#### ***Aperfeiçoamento e especialização***

Na busca do constante aperfeiçoamento de seu quadro funcional, foi autorizada a participação de 94 servidores em cursos de pós-graduação *strictu sensu*, ao amparo do Programa de Aperfeiçoamento e Especialização, sendo 62 em cursos de mestrado e 32 em doutorados.

Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, como os de Contabilidade e Auditoria e o MBA em Economia, contemplaram o treinamento de outros 58 servidores.



## ***Convênios***

Com o objetivo de promover o intercâmbio, a cooperação e o desenvolvimentos de recursos humanos, foi firmado convênio com a Escola Fazendária (Esaf).

## **Desenvolvimento pessoal**

Ressalte-se que o modelo de gestão pública empreendedora adotado pelo governo federal, e consubstanciado no Instrumento de Avaliação da Gestão Pública do Programa Qualidade no Serviço Público que integra o conjunto de programas do PPA 2000-2003, prescreve às organizações públicas a adoção de práticas sistemáticas de promoção do bem estar e satisfação dos servidores, considerando que os níveis de motivação, de satisfação e de comprometimento profissionais tem relação direta com a eficácia e eficiência dos resultados. No Banco Central, o enfoque multidimensional abrange anualmente ações no sentido de manter as pessoas saudáveis assim realizadas:

- ações de recuperação da saúde com atuação nas pessoas já doentes, no sentido de recuperá-las tanto do ponto de vista físico como psicológico e social;
- ações de proteção da saúde com vistas a evitar a exposição dos indivíduos a agentes nocivos/agressores;
- ações de promoção de saúde com ampla abrangência e que extrapolam a mera preocupação de evitarem-se as doenças.

Com esse enfoque, nossa ação básica dá-se num esforço conjunto com as demais áreas, estabelecendo um canal de sensibilidade/engajamento do quadro funcional minimizando os efeitos causados pelo estresse. Incluem-se nesse item as tensões decorrentes de conflitos familiares e no ambiente de trabalho, mas inclui-se, sobretudo e principalmente, o estado de insatisfação e tensão crônicas relacionadas à competição, que é o símbolo da nossa época.

O acompanhamento do processo individual e profissional dos servidores da ativa, dependentes e aposentados(20/dia) tem sido de grande valia, apesar da não-institucionalização do programa.

Dentre as campanhas permanentes (educativas/preventivas), destacamos a campanha Limpando os Pulmões que permitiu a instalação de “fumódromos” nas dependências dos Edifícios do Banco (Brasília e praças). Pesquisa realizada em novembro/2002 apontou para uma redução de 4% no número de fumantes.

Um grande número de servidores (80) participaram de atividades alternativas que visam harmonizar e estruturar o corpo, a mente e o sistema emocional tais como: yoga, massagens terapêuticas, tai chi chuan e dança de salão.

## **Remuneração**

### ***Saúde ocupacional***

O programa de assistência à saúde do Banco Central concedeu benefícios a cerca de 28.500 participantes nas áreas de medicina, de odontologia e hospitalar. No âmbito do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), desenvolveram-se ações específicas de prevenção a doenças, mormente aquelas voltadas para o controle de doenças crônicas, foi concluído o exame médico periódico iniciado em 2001 e realizada a qualificação médica dos servidores concursados.

## ***Previdência***

O Banco Central, em 31 de dezembro, arcava com 3.086 aposentadorias e 274 pensões civis do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União. Além disso, em 30 de novembro, a Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) complementava 1.141 aposentadorias e 641 pensões, pelo Regime Geral de Previdência.

## **Responsabilidade social**

### ***Apoio a jovens carentes***

Em dezembro, o Banco mantinha 93 mensageiros e 33 menores aprendizes em Brasília, contratados da Inspetoria São João Bosco – Centro Salesiano do Menor (Cesam), instituição que atua no Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás visando à educação de adolescentes carentes na faixa etária de 14 a 18 anos.

Além de oferecer trabalho aos jovens carentes, o Banco Central oferece oportunidades de desenvolvimento. O Programa de Desenvolvimento oferecido no Banco Central faz parte do curso profissionalizante de Auxiliar de Serviços Administrativos elaborado pelo Cesam para atender ao disposto na Lei 10.097, de 2000.

Os adolescentes do Banco Central desenvolvem atividades práticas durante o expediente normal de trabalho, além de aulas teóricas que são ministradas todos os dias da semana. A parte teórica do programa tem duração de um ano, totalizando 241 horas/aula, e engloba as seguintes atividades: Orientações básicas para ingresso no mercado de trabalho, marketing pessoal; Empreendedorismo, cooperativismo, noções de administração; Construção de um projeto de vida; Introdução à informática (Windows, Word, Excel e internet); Português/comunicação; Matemática; Cuidados com a saúde e a sexualidade; e Educação para valores e formação para cidadania. Os facilitadores do programa são servidores do Banco que se oferecem como voluntários.

Os resultados dessa parceria entre o Banco e o Cesam já estão sendo mostrados, pois vários desses jovens já conseguiram aprovação em vestibulares e concursos públicos, ou estão trabalhando na iniciativa privada.

## **7.3 Gestão de recursos**

### **7.3.1 Administração financeira**

#### **Relacionamento do Banco Central com o Tesouro Nacional**

Desde a edição da MP 1.789 (atual MP 2.179-36), de 29/12/98, o Banco Central do Brasil e o Tesouro Nacional vêm implementando diversas medidas no sentido de manter o constante aperfeiçoamento da relação financeira entre as duas Instituições, permitindo que se construam melhores condições para a atuação do Banco Central na execução das políticas monetária e cambial, e do Tesouro Nacional na política fiscal.

Com a edição da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que, entre outras providências, vedou a emissão de títulos pelo Banco Central, tornou-se ainda mais urgente o ajuste do perfil da sua carteira e a implementação de novas operações com o mercado,

com o objetivo de dotar a Autarquia de instrumentos mais adequados à condução da política monetária. Nesse sentido, em 2002, foram adotadas as seguintes principais medidas:

- implementação das operações de “swap” no mês de abril;
- troca de ativos com o Tesouro Nacional, no montante de R\$71.501.865 mil, por papéis apropriados à atuação da Autarquia.

### **Transparência das informações contábeis**

Relativamente à busca de uma maior solidez e transparência das informações contábeis, em 2002 o Conselho Monetário Nacional aprovou a adequação da contabilidade do Banco às normas internacionais, observando, no entanto, as peculiaridades de suas atividades e as práticas desenvolvidas em outros bancos centrais. Essa medida vem se somar a outras já adotadas anteriormente, tais como a contratação de empresa de auditoria independente para emitir parecer sobre as demonstrações financeiras do Banco, a revisão dos critérios utilizados para a constituição de provisões, principalmente no que se refere às instituições em liquidação extrajudicial, e a adoção da marcação a mercado da carteira de títulos.

### **7.3.2 Planejamento e orçamento**

Em 2002, foi estabelecido um marco no contexto da gestão estratégica do Banco Central com a decisão da Diretoria de institucionalizar a revisão anual do planejamento da Instituição e de dar maior sintonia entre planejamento e orçamento. Assim, em consonância com o cronograma fixado, aquele Colegiado ratificou a Missão, os Macroprocessos e a Visão de Futuro vigentes, estabeleceu os Macroobjetivos, as Diretrizes e os Valores Organizacionais e revisou os Objetivos Estratégicos para o biênio 2002-2003.

Com base nessas orientações estratégicas, foi realizado o planejamento tático e operacional, que redundou em 155 projetos, vinculados aos Objetivos Estratégicos e registrados no Sistema Informatizado de Acompanhamento de Projetos (Sidap), do Banco Central, durante o exercício de 2002.

Todas as etapas do processo de planejamento são pautadas pelo compromisso da Instituição com a qualidade dos serviços e com a melhor aplicação dos recursos públicos, para o adequado atendimento às demandas da sociedade.

No contexto orçamentário, o Banco Central tem buscado, ao longo dos últimos anos, adequar suas ações aos recursos financeiros aprovados na Lei de Orçamento Anual (LOA), cada vez mais escassos, tendo em conta o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas previsto no plano de ajuste fiscal. Durante o exercício de 2002, o efeito líquido das restrições orçamentárias, compreendendo corte de verbas e contingenciamentos financeiros, atingiu o expressivo patamar de 58%. Esse quadro foi minorado com a aprovação, ao final do exercício, de créditos adicionais pleiteados pela Instituição.

Para se adequar a esse quadro de restrições orçamentárias, foram adotadas diversas medidas administrativas visando à redução de gastos, principalmente daqueles com viagens domésticas e internacionais, além da revisão ou suspensão de projetos na área de estrutura corporativa.

Ante a perspectiva de restrições orçamentárias ainda mais drásticas para 2003, a administração do Banco Central do Brasil tem envidado esforços junto às autoridades

competentes na tentativa de recomposição de limites orçamentários adequados às necessidades da instituição.

### **Sistema de custos e informações gerenciais**

A implantação do Sistema de Custos e Informações Gerenciais continuou sendo uma das prioridades do Banco Central para 2002. Para tanto, com o apoio do Banco Mundial, por intermédio do Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central junto ao Sistema Financeiro Nacional (Proat), foi contratada empresa de consultoria, por meio de concorrência internacional, para desenvolver o projeto que tem como principais objetivos a mensuração dos custos dos processos e atividades, a avaliação de desempenho e a melhor utilização dos recursos disponíveis. Os trabalhos iniciaram-se em abril e sua conclusão está prevista para fevereiro de 2003.

### **Administração pública gerencial**

O desenvolvimento do projeto Administração Pública Gerencial foi outra meta de 2002 alinhada com os objetivos estratégicos definidos pela Diretoria Colegiada. O projeto tem como objetivo desenvolver metodologia de administração gerencial com foco estratégico para aplicação no Banco Central, de modo a adequar o modelo de gestão da Instituição ao modelo preconizado pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), bem como dar condições para a implementação de processo de avaliação institucional com base em indicadores de desempenho. Pretende-se implantar essa nova metodologia quando da próxima revisão do Planejamento Institucional do Banco, prevista para o primeiro trimestre de 2003.

### **7.3.3 Recursos materiais**

#### **Administração de contratos**

Foi informatizado e implantado o Sistema de Gestão e Fiscalização de Contratos (Gefic) com o objetivo de possibilitar, entre outras coisas, maior acuidade no registro dos dados dos contratos firmados pelo Banco Central, a recuperação de informações em tempo real e a elaboração de estatísticas, para fins de estudos, divulgação e definição de novas necessidades. Esse sistema permite também o acompanhamento centralizado da execução físico-financeira e a uniformização de procedimentos em nível nacional (sede e representações regionais do Banco).

#### **Controle da documentação**

Implantada a prática da realização de inventários trimestrais de documentos em trâmite e anuais de documentos arquivados, utilizando-se do Sistema de Informações Documentais (Sidoc), já existente e informatizado, viabilizando controle mais rígido e administração, em tempo real, das informações documentais do Banco Central.

#### **Doações**

No decorrer de 2002, foram doados para órgãos oficiais das áreas de educação, saúde e segurança pública um total de 1.548 bens móveis, incluindo veículos, equipamentos de informática, mobiliários, aparelhos telefônicos, máquinas de escrever e de calcular, e aparelhos de ar condicionado.

### **7.3.4 Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central do Brasil junto ao Sistema Financeiro Nacional (Proat)**

O Programa de Aperfeiçoamento dos Instrumentos de Atuação do Banco Central junto ao Sistema Financeiro Nacional (Proat), que tem como objetivo maior o aperfeiçoamento da área de supervisão do Banco Central, vem permitindo o desenvolvimento de importantes projetos vinculados ao processo de modernização e fortalecimento institucional. O contrato de empréstimo com o Banco Mundial foi assinado em 29/1/1998 e teve sua execução iniciada em 2/3/1998, ocorrendo o primeiro desembolso em 5/8/1998. Em dezembro/2002, esse contrato teve seu prazo de vigência prorrogado para 31/12/2003.

A continuação do ritmo acelerado de desenvolvimento dos projetos que estão sendo realizados no âmbito do programa marcou 2002. Além da quantidade de atividades desenvolvidas, também a qualidade da execução está sendo continuamente aprimorada, tanto nos aspectos financeiros quanto nos físicos. Os projetos em execução durante o ano indicam resultados finais e parciais bastante positivos.

Durante o ano foram realizados gastos efetivos no montante de US\$6,9 milhões (US\$5,7 milhões com consultoria, US\$924 mil com equipamentos e US\$294 mil com treinamento), que, acrescidos aos gastos efetuados nos exercícios anteriores, atingiram US\$16,8 milhões em 31 de dezembro, correspondentes à realização de 84% do Programa. O saldo ainda remanescente no PNUD encontra-se totalmente comprometido com contratos já assinados e licitações em andamento. A previsão é de utilização total dos recursos do programa até o final de novembro de 2003.

Ao longo do ano, destacaram-se as seguintes atividades relacionadas aos projetos desenvolvidos com recursos do Proat:

***Visão Estratégica do Sistema Financeiro Nacional:*** foram contratadas consultorias para desenvolver estudos sobre os seguintes assuntos, entre outros:

- exposição cambial;
- revisão do projeto da Lei de Falência Bancária – Projeto Reges (Lei 6.024/74);
- análise econômica e técnica da eficiência dos bancos comerciais brasileiros;
- modelo macroeconômico de equilíbrio dinâmico geral; e
- desvio da paridade da taxa de juros e estudos sobre taxa de câmbio.

***Implantação do Cadastro Único de Instituições Financeiras sob Acompanhamento do Banco Central – Unicad:***

- concluído o projeto em dezembro, cujo desenvolvimento ficou a cargo de empresa contratada em dezembro de 1999.

***Sistema de Catálogo de Dados – Sicad:***

- contratada empresa, por meio de licitação de âmbito internacional, para realizar a primeira etapa do projeto, que finalizou-se em dezembro/2002, e iniciadas as tratativas para a contratação da segunda etapa do projeto.

***Ampliação do Sistema Central de Risco de Crédito:***

- contratada empresa, por intermédio de processo licitatório internacional, para desenvolver o projeto até abril de 2003.

***Treinamento na área de supervisão:***

- viabilizada a participação direta de aproximadamente cem servidores em diversos eventos de treinamento, no país e no exterior.

***Modernização dos recursos de Tecnologia da Informação:***

- foi entregue, pela empresa contratada, solução integrada de *datawarehouse*, composta por servidores e discos de memória, bem como serviços especializados de informática para migração e integração dos dados já existentes para o novo sistema;
- foram adquiridos equipamentos de teleconferência.

***Aperfeiçoamento do Sistema de Pagamentos Brasileiro:***

- concluído o trabalho de consultoria especializada para realizar o desenvolvimento e a implementação do sistema, bem como fazer a intermediação entre o Banco Central e o mercado financeiro.

***Manual da Supervisão:***

- o projeto de remodelagem e atualização do Manual de Procedimentos e Rotinas da Fiscalização (MPR) foi encerrado com sucesso em agosto.

***Sistema de Classificação das Instituições Financeiras (rating):***

- a empresa contratada para desenvolver o sistema finalizou suas atividades em outubro.

***Treinamento geral de servidores:***

- viabilizada a participação direta de mais de 90 servidores em diversos eventos de treinamento no país e no exterior.

***Sistema de Custos e Informações Gerenciais:***

- contratada empresa, através de processo licitatório internacional, para desenvolver o sistema. Atividades em andamento, com previsão de término para fevereiro de 2003.

***Sistema VaR (value at risk) para o Brasil:***

- contratado consultor para desenvolver o projeto de simulações de VaR e *Stress Testing*. O trabalho de desenvolvimento do novo modelo VaR para o Brasil foi concluído em julho.

***Diagnóstico do meio circulante:***

- contratada empresa, através de licitação internacional, para realizar o diagnóstico. Os trabalhos foram concluídos em dezembro de 2002.

#### ***Registro declaratório eletrônico:***

- o trabalho foi voltado para a redefinição dos procedimentos de registros, com a produção de estatísticas de forma mais ágil e segura. Projeto concluído com sucesso em abril de 2002.

#### ***Diagnóstico da área de Tecnologia da Informação:***

- a empresa responsável pela elaboração do diagnóstico em 2000 foi recontratada para elaborar plano de trabalho para a implementação das recomendações anteriormente apresentadas. Projeto concluído em julho.

#### ***Diagnóstico da área de recursos humanos do Banco Central:***

- contratada empresa para realizar o diagnóstico da área de recursos humanos, em parceria com a equipe de servidores do Banco Central do Brasil. Projeto concluído em abril.

#### ***Desenho do novo Selic:***

- contratada consultoria para auxiliar na elaboração do projeto do novo Selic. As atividades foram concluídas em dezembro.

#### ***Aperfeiçoamento do mercado doméstico de títulos públicos federais:***

- efetuada a contratação de consultoria para a prestação de serviços técnicos, objetivando a formulação de propostas e análises sobre mercado monetário, estrutura e funcionamento de mercado secundário, criação da figura de *market-makers*, estrutura e estratégias de emissões no mercado primário, estudos de novos instrumentos de financiamento da dívida e de atuação da autoridade monetária. Atividades concluídas.

#### ***Desenvolvimento de sistemas:***

- contratada instituição para prestar serviços especializados em desenvolvimento de sistemas orientados a objetos. Atividades em andamento, com previsão de conclusão dos trabalhos para abril de 2003.

### **7.3.5 Tecnologia da informação (TI)**

Para 2002, foram cumpridas duas importantes metas: disseminar e consolidar metodologias e linguagens de desenvolvimento de sistemas mais modernas (linguagens orientadas a objeto) e organizar e consolidar aplicações com acesso via redes abertas (Internet, por exemplo), buscando com isso incrementar a produtividade no desenvolvimento de soluções de trabalho para o Banco Central do Brasil.



Com a plataforma heterogênea (equipamentos e *softwares* diversos) definitivamente sedimentada, a busca da excelência no desenvolvimento de sistemas aplicativos acabou por conduzir à criação do “Processo de Desenvolvimento de Sistemas do Banco Central do Brasil”, totalmente informatizado, que orienta e acompanha todas as etapas de produção e manutenção de soluções. Ao estabelecer padrões de trabalho, esse trabalho dá significativo impulso à produtividade, tanto no desenvolvimento quanto na manutenção de sistemas e soluções tecnológicas.

A par da criação daquele processo, foram conduzidos importantes projetos corporativos, todos eles permeados com recursos de TI, buscando o máximo de aproveitamento da tecnologia disponível.

Merecem destaque o subsistema Unicad, que congrega em repositório único informações cadastrais diversas de interesse do Banco Central, e a Central de Riscos, que se constitui em poderosa ferramenta para a garantia do sucesso das operações realizadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, emprestando-lhe a estabilidade indispensável ao proveito que dele espera a sociedade.

Vale realçar, também, a definitiva entrada em operação do Centro de Serviços de Informática reserva e a implementação de todas as facilidades do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

O exercício de 2002 foi coroado com a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), criado com o objetivo de consolidar a área de TI como principal ponto de convergência de soluções corporativas, departamentais e individuais, de modo a proporcionar ao Banco Central as condições estruturais para a gestão estratégica dos ativos de informática, integrando recursos tecnológicos, sistemas de informação, redes de computadores e respectivas interconexões.

Concebido para vigor por um período de três anos, com revisões a cada ano, o Plano consolida diretrizes, projetos, objetivos e metas e aponta os caminhos tecnológicos a serem seguidos na busca da eficiência e da eficácia perseguidas como meta maior pelo Banco Central do Brasil.

## **DIRETORIA COLEGIADA**

### **Presidente**

Arminio Fraga Neto

### **Diretores**

Beny Parnes

Carlos Eduardo de Freitas

Edison Bernardes dos Santos

Ilan Goldfajn

Luiz Fernando Figueiredo

Sérgio Darcy da Silva Alves

Tereza Cristina Grossi Togni

## **SECRETARIA-EXECUTIVA**

### **Secretário-Executivo**

Antônio Carlos Monteiro

### **Secretário de Relações Institucionais**

Gérson Bonani

### **Secretário para Assuntos da Diretoria e do Conselho Monetário Nacional**

Sergio Albuquerque de Abreu e Lima

### **Secretário de Projetos**

Hélio José Ferreira

### **Chefe da Assessoria Parlamentar**

Luiz do Couto Neto

## **CONSULTORES DA DIRETORIA**

Alexandre Pundek Rocha

Alvir Alberto Hoffmann

Clarence Joseph Hillerman Jr.

Cláudio Jaloretto

Dalmir Sérgio Louzada

Fernando Antonio Gomes

Hélio Mori

José Pedro R. Fachada Martins da Silva

Katherine Hennings

Marco Antonio Belem da Silva

## **CHEFES DE DEPARTAMENTO**

### **Departamento de Administração Financeira**

Jefferson Moreira

### **Departamento de Administração de Recursos Materiais**

Belmivam Borges Borba

### **Departamento de Auditoria Interna**

Eduardo de Lima Rocha

### **Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio**

José Maria Ferreira de Carvalho

### **Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros**

Ricardo Lião

### **Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais**

José Linaldo Gomes de Aguiar

### **Departamento Econômico**

Altamir Lopes

### **Departamento de Estudos e Pesquisas**

Marcelo Kfoury Muinhos

### **Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro**

Sérgio Almeida de Souza Lima

### **Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Organização**

João Antônio Fleury Teixeira

### **Departamento de Informática**

José Antonio Eirado Neto

### **Departamento de Liquidações Extrajudiciais**

José Irenaldo Leite de Ataíde

### **Departamento do Meio Circulante**

José dos Santos Barbosa

### **Departamento de Normas do Sistema Financeiro**

Carlos Eduardo Sampaio Lofrano

### **Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos**

José Antonio Marciano

### **Departamento de Operações do Mercado Aberto**

Sérgio Goldenstein

### **Departamento de Operações das Reservas Internacionais**

Daso Maranhão Coimbra

### **Departamento de Organização do Sistema Financeiro**

Luiz Edson Feltrim

### **Departamento de Planejamento e Orçamento**

José Clóvis Batista Dattoli

### **Departamento de Supervisão Direta**

Paulo Sérgio Cavalheiro

**Departamento de Supervisão Indireta**

Vânio Cesar Pickler Aguiar

**Procuradoria-Geral**

Carlos Eduardo da Silva Monteiro

Posição: 31 de dezembro de 2002.

**Conselho Editorial do Relatório da Administração 2002**

Arnaldo de Castro Cota

Clarence Joseph Hillerman Júnior

Cláudio Jaloretto

Gerson Bonani

Jefferson Moreira

José Anderson Montalvão de Sousa

José Pedro R. Fachada M. da Silva

Katherine Hennings

Marco Antonio Belém da Silva

Ronaldo Fonseca de Paiva

Sidinei Correa Marques